

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Edgar António Santos Panão

**ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA LEVENSON SELF-REPORT
PSYCHOPATHY SCALE NUMA AMOSTRA DE AGENTES
DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E DE CIVIS**

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, subárea de especialização em Psicologia Forense, sob a orientação científica do Professor Doutor António Castro Fonseca e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2020

Agradecimentos

Ao Professor Doutor António Castro Fonseca por todo o seu apoio, disponibilidade, partilha de conhecimentos e dedicação que sempre demonstrou durante esta etapa.

À Professora Doutora Manuela Vilar, à Professora Doutora Isabel Alberto e ao Professor Doutor Mário Simões pelo apoio ao longo deste percurso.

À Professora Doutora Maria Emília Nogueira pela inestimável ajuda e pelo carinho com que sempre me tratou.

Às minhas orientadoras de estágio no INMLCF, Dr.^a Margarida Barreto e Dr.^a Isabel Cruz, pelos seus ensinamentos e integração nas rotinas do serviço.

A todos os professores que me ajudaram no meu percurso académico, pois sem eles não teria sido possível chegar até aqui.

A todos os participantes do meu estudo que disponibilizaram o seu tempo para responderem aos questionários. Sem eles não teria sido possível a realização desta investigação.

Aos meus amigos e colegas que me acompanharam ao longo desta jornada.

À minha família, que sempre esteve disponível para me ajudar em todos os momentos.

E, por fim, aos meus pais, pelo seu apoio incondicional, incentivo, paciência, e ajuda na superação dos obstáculos que foram surgindo ao longo desta caminhada.

A todos, muito obrigado!

“O mundo não será destruído por aqueles que fazem o mal, mas por aqueles que os vêem e não fazem nada” ~Albert Einstein

Resumo

O conceito de psicopatia tem sido, desde há muitos anos, objeto de numerosas investigações, que geralmente o descrevem como uma grave perturbação da personalidade. Essa tradição está bem representada nos trabalhos de H. Cleckley e de R. Hare, dois autores que marcaram profundamente a investigação sobre a psicopatia desde a segunda metade do século passado. Em contrapartida, mais recentemente, alguns investigadores têm sugerido também que os traços psicopáticos podem contribuir para o bom desempenho em carreiras que envolvem risco, perigo, ou dominância social (Baker & Heuven, 2006; Lilienfeld et al. 2014; Lykken, 1995; Newmann & Rucker-Reed, 2004). Para designar tais casos, introduziu-se a expressão de *psicopatas bem-sucedidos*. Assim, criminosos e heróis podem ser considerados como dois lados da mesma moeda (Falkenbach, McKinley, & Larson, 2017).

Uma das profissões que, com alguma frequência, é mencionada na literatura para ilustrar essa faceta positiva da psicopatia é a das forças policiais. No imaginário popular, a representação desses agentes da autoridade anda associada à ideia de força, de ausência de medo, de gosto pelo risco, de uma certa insensibilidade emocional, de disposição para dominar os outros e de grande capacidade para se manter calmo e alerta em situações de perigo. Mas os dados da investigação que apoiam uma tal crença são ainda muito escassos.

O objetivo deste estudo foi analisar eventuais traços psicopáticos nas forças de segurança portuguesas, utilizando a escala de autoavaliação da psicopatia de Levenson (LSRP) e comparando-os com os de uma amostra da comunidade. Mais concretamente, administrou-se essa escala a uma amostra de conveniência constituída por 124 civis e 63 agentes das forças de segurança dos dois sexos. Além disso, recolheram-se também algumas informações sociodemográficas.

Os resultados dessa comparação mostraram que os agentes das forças de segurança obtiveram pontuações significativamente mais elevadas do que as dos civis na escala global (LSRP) e no seu fator 1 (subescala de psicopatia primária); mas, quando se controlava o efeito de outras variáveis concorrentes (v.g. nível de escolaridade ou idade), essas diferenças desapareciam ou situavam-se a um nível de significância muito baixo ($p < ,10$).

Numa primeira leitura, estes resultados parecem fornecer uma confirmação, se bem que muito ténue, da hipótese segundo a qual as forças de segurança apresentam mais traços psicopáticos do que os civis. Porém, a interpretação destes

resultados requer alguma prudência, uma vez que a amostra das forças da ordem era pequena (e, sobretudo, incluía poucos elementos do sexo feminino), o estudo das propriedades psicométricas desta escala de psicopatia a nível nacional está ainda por fazer e, além disso, as diferenças registadas entre os dois grupos, embora estatisticamente significativas, eram muito ténues.

Em consequência, fazem-se diversas sugestões para futuros estudos sobre os traços psicopáticos nas forças da ordem.

Palavras-chave: psicopatas bem-sucedidos; forças de segurança; LSRP

Abstract

The concept of psychopathy has been the subject of numerous investigations for many years. These generally describe it as a serious personality disorder. Such tradition is well represented in the studies of H. Cleckley and R. Hare, two authors who have profoundly marked the study of psychopathy since the latter half of the last century.

Recently, however, some researchers have suggested that psychopathic traits may be useful in careers that involve risk, danger, or social dominance (Baker & Heuven, 2006; Lilienfeld et al. 2014; Lykken, 1995; Newmann & Rucker-Reed, 2004). Thus, the term “*successful psychopaths*” was introduced to designate such cases. In this sense, criminals and heroes could be considered as two sides of the same coin (Falkenbach, McKinley, & Larson, 2017).

One of the professions used in the literature to illustrate this positive facet of psychopathy has been that of the police officer. In popular imagination, police forces are associated with ideas of strength, absence of fear, a taste for risk-taking, a certain emotional insensitivity, willingness to dominate others and great ability to remain calm and alert in dangerous situations. Yet the research data based on such belief remains scarce.

The aim of this study was to analyse possible psychopathic traits in the Portuguese police forces by using the Levenson's Self-Report Psychopathy Scale (LSRP) and comparing them with a community sample. The scale was specifically administered to a convenience sample consisting of 124 civilians and 63 law enforcement agents of both genders. Furthermore, some sociodemographic data was also collected.

The results obtained in this study have shown that police officers obtained statistically superior results than of the civilians in the global score and in factor 1 (primary psychopathology subscale) of the scale of psychopathy (LSRP); although, when controlling the effect of other competing variables (e.g. educational level or age), those differences disappeared or were at a very low level of significance ($p < ,10$).

At first sight, these results seem to provide confirmation, although very slightly, of the assumption that law enforcement forces have more psychopathic traits than the civilians. However, the interpretation of these results requires some

caution, since the sample of the police was small (and mainly included a small number of women), the study of the psychometric properties of this psychopathy scale at the national level remains to be made, and, moreover, the differences between the registered groups, although statistically significant, were close to none.

As a result, several suggestions were made for future studies based on the matter of psychopathic traits in the law enforcement agencies.

Keywords: successful psychopaths; law enforcement agencies; LSRP

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract.....	iv
Índice Geral	vi
Introdução.....	1
I. Enquadramento Conceptual	2
1. Psicopatia.....	2
2. Psicopatas “bem-sucedidos”	6
3. Traços psicopáticos e as forças de segurança	8
4. Modelos e Instrumentos de Avaliação.....	14
5. Levenson Self-Report Psychopathy Test (LRSP).....	16
6. O estudo da psicopatia nas forças de segurança portuguesas	18
II. Objetivos.....	19
III. Metodologia.....	19
1. Amostra.....	19
2. Instrumentos.....	21
2.1. Levenson’s Self-Report Psychopathy Scale (LSRP)	21
2.2. Questionário Sociodemográfico	21
3. Procedimento	22
IV. Resultados	23
V. Discussão e Conclusão	26
Bibliografia.....	30
Anexos	36

Introdução

O estudo da relação entre a psicopatia e o desempenho das forças da ordem só muito recentemente começou a suscitar o interesse de um pequeno número de investigadores em Psicologia e disciplinas afins. Daí que o número de publicações sobre esse tema seja ainda muito reduzido e, no nosso país, praticamente inexistente.

De facto, tradicionalmente, os estudiosos da psicopatia têm orientado os seus esforços de preferência para os criminosos, procurando nesta característica da personalidade uma explicação para a sua conduta delinvente, sobretudo nos casos mais graves de reincidência violenta que, por vezes, parecem desafiar toda a inteligibilidade humana. No entanto, esse mesmo constructo pode ser igualmente de grande utilidade na avaliação da personalidade e do desempenho das forças da ordem. Em teoria, essa avaliação poderá ocorrer tanto na fase de seleção dos candidatos como, posteriormente, em várias fases do seu percurso profissional (v.g. promoções, participação em atividades especiais ou envolvimento em incidentes críticos de vária ordem). Além disso, a sua ênfase pode colocar-se não só nos efeitos negativos dos traços psicopáticos – à semelhança do que é feito no estudo da psicopatia dos criminosos - como também no efeito positivo que alguns desses traços (i.e., destemor, frieza emocional, coragem, rapidez de ação, entre outros) podem ter no bom desempenho das tarefas que às forças da ordem são confiadas.

Esta visão *positiva* da psicopatia, ou pelo menos de alguns dos seus traços, tem sido posta em evidência num pequeno número de estudos recentes que envolvem participantes ligados a profissões que exigem capacidade de decisão rápida e firme em contextos de grande urgência e de elevado risco físico, financeiro, moral ou social. Obviamente, uma profissão com tais características é a da polícia, cujo trabalho envolve, com frequência, grandes riscos não só para os seus agentes mas também para as pessoas com que eles lidam, quer sejam criminosos, vítimas ou outros membros da comunidade. Porém, só há poucos anos o tema da psicopatia nas forças policiais começou a ser investigado. Uma tal situação parece difícil de entender, sobretudo se tivermos em conta que a psicopatia é um dos constructos de psicologia mais explorados nestas duas ou três últimas décadas, nos mais variados contextos e com os mais diversos grupos, nomeadamente nas crianças (Viding, Blair, Moffitt, & Plomin, 2005).

Por um lado, este aparente desinteresse pode ser explicado pela dificuldade em encontrar instrumentos adequados ao estudo da psicopatia nesse contexto. Por outro lado, ele pode ser simplesmente o reflexo da representação social dos polícias, que é incompatível com as características que para o cidadão comum definem o psicopata. Ainda uma outra possível explicação é que, para alguns autores, o conceito de *psicopata bem-sucedido* é simplesmente algo que não faz sentido ou uma pura ilusão (Hall & Benning, 2006).

Seja como for, o presente trabalho representa um pequeno contributo para superar essa lacuna ao comparar, de maneira sistemática, o nível de psicopatia de uma amostra de agentes das forças de segurança com o de um grupo de controlo da comunidade. Para além do seu interesse teórico, este estudo pode ter algumas implicações práticas (v.g. com vista à avaliação de futuros candidatos aos vários corpos de forças policiais) e é, sobretudo, de grande atualidade no nosso país, onde as forças da ordem são frequentemente referidas nos órgãos de informação, por motivos muito diversos. Mais concretamente, espera-se, deste modo, contribuir para a identificação de características da personalidade que permitam a esses agentes da autoridade desempenhar, de modo eficaz e justo, as tarefas geralmente complexas que lhe são confiadas.

I. Enquadramento Conceptual

1. Psicopatia

A origem do termo “psicopatia” deriva do grego “*psykhé*” (alma) e “*pathós*” (doença). Sendo assim, podemos considerar a psicopatia como uma “doença da alma”, do ponto de vista etimológico. Este conceito de psicopatia surgiu na medicina legal, com base na constatação de que muitos criminosos agressivos e cruéis não apresentavam os sinais clássicos de insanidade.

Considera-se geralmente que os primeiros passos nesse sentido foram dados pelo médico francês Phillipe Pínel entre 1801 e 1809, ao introduzir o conceito de “mania sem delírio” para designar os indivíduos que mostravam ações atípicas e agressivas, mas possuíam perfeita consciência das suas ações. A ele se devem, por isso, as primeiras descrições científicas de padrões comportamentais e afetivos do que hoje é denominado por psicopatia (Cantero, 1993).

Posteriormente, vários outros autores foram contribuindo para uma caracterização científica desse grupo de indivíduos. Por exemplo, em 1888, Koch apresentou uma alternativa para definir esta perturbação de personalidade, que denominou de “inferioridade psicopática”, definindo-a como uma anomalia de personalidade que resulta de aspetos congénitos ou de uma doença psíquica (Gonçalves, 1999). E entre 1896 e 1915, Kraepelin introduziu o termo de “personalidade psicopática” para identificar indivíduos com comportamento criminal anormal ou imoral, conceção que é ainda atualmente utilizada por outros autores (Lykken, 1995).

Esse termo foi posteriormente utilizado também por Schneider, entre 1923 e 1955, que o descrevia “como uma entidade integradora de certas patologias” (citado em Soeiro & Gonçalves, 2010, p. 229), distinguindo de forma objetiva os conceitos de psicopatia e de doença mental. Para Schneider, a psicopatia poderia ter um carácter negativo (antissocial), mas também positivo (génio), embora em ambos os casos, as personalidades psicopáticas apresentassem “a peculiaridade de sofrerem ou fazerem sofrer a sociedade com sua anormalidade” (citado em Henriques, 2009, p. 288).

O conceito de psicopatia, tal como atualmente se utiliza, foi formulado por Cleckley, um psiquiatra que trabalhou em instituições para doentes mentais, no seu livro “*The Mask of Sanity*” publicado inicialmente em 1941. O mérito deste autor consistiu na apresentação de uma descrição clínica detalhada desta perturbação e no estabelecimento de alguns critérios que possibilitaram a compreensão deste construto nas suas diversas manifestações. Mais concretamente, Cleckley procurou desvincular o conceito de psicopatia dos aspetos e comportamentos criminosos, apresentando um perfil da psicopatia com base nas características de personalidade e nos comportamentos atípicos demonstrados por estes indivíduos, e descrevendo a psicopatia como uma “máscara de sanidade”. Entre as suas características principais, encontram-se a inteligência, egocentrismo, incapacidade para amar e para sentir remorso ou vergonha, comportamento fantasioso e antissocial, entre outras. Assim, uma pessoa que apresenta estes traços pode ser bem-sucedida e sem falhas do tipo intelectual. Porém, por detrás desta superficialidade ou normalidade, esconde-se uma patologia grave, expressa numa indiferença geral para com os outros (Hauck-Filho, Teixeira, & Dias, 2009).

Na mesma altura, Karpman (1941) complementou estes conceitos ao referir a existência de dois tipos de psicopatia – idiopática (primária) e sintomático

(secundária) – que são fenotipicamente semelhantes, mas distintas do ponto de vista da etiologia e da motivação por detrás do seu comportamento. Para este autor, o psicopata primário não tem consciência, é calculista, egoísta e indiferente, enquanto o psicopata secundário consegue apresentar, por vezes, traços sociais positivos, tais como sentimentos de culpa, empatia e o desejo de ser aceite na sociedade, mas possuíam um maior neuroticismo, impulsividade, depressão, raiva e angústia. Posteriormente, em 1955, este autor redefiniu esta tipologia que passou a denominar por tipo agressivo-predador e tipo passivo-parasita (Soeiro & Gonçalves, 2010).

Mais recentemente, apoiando-se nos trabalhos dos seus predecessores e nos resultados das suas próprias investigações, Hare (1991) define a psicopatia como sendo um construto unidimensional composto por dois fatores correlacionados, estando um dos fatores (Fator 1) associado aos aspetos caracterizados por défices no processamento afetivo (ausência de remorsos, sentimento de culpa, empatia e de profundidade emocional) e no aspeto interpessoal (charme, grandiosidade, comportamento traiçoeiro e manipulador), e pelo Fator 2, marcado por características relacionadas com um estilo de vida antissocial, com problemas comportamentais na infância, impulsividade, irresponsabilidade e ausência de objetivos a longo-prazo.

Para Hare, os indivíduos psicopatas possuem um conjunto de traços de personalidade e comportamentos socialmente desviantes, mas podem em muitos casos manter também uma aparência inteiramente normal. Uma característica salientada por vários autores é que os psicopatas não possuem esta capacidade crítica no que respeita às suas ações, não sendo capazes de alterar os seus comportamentos desviantes (Skeem, Mulvey, & Grisso, 2003).

Miller (1987) resume assim essas características: “Os psicopatas aborrecem-se facilmente, (...) demonstrando uma fraca tolerância à frustração, atuando impetuosamente, procurando uma recompensa imediata. (...). Quando as coisas correm à sua maneira, são capazes de atuar de uma forma graciosa e bem disposta, mas quando se deparam com a frustração na sua ânsia pela gratificação, rapidamente ficam furiosos e vingativos. Facilmente provocáveis e despoletadores da agressão, a sua atitude reativa é a de humilhar e dominar os que os rodeiam.” (p. 19).

Posteriormente, David Cooke, em 1997/1998, baseando-se no modelo de Robert Hare, realiza investigações nas quais mostrou que o conceito de psicopatia deve ser definido não por dois mas por três fatores, e deixa cair vários dos itens/sintomas da formulação original. Concretamente, o Fator 1 do modelo de Hare

foi dividido em dois, separando-se os indicadores interpessoais dos afetivos. Assim, o primeiro fator correspondia a um estilo interpessoal arrogante e dissimulado; o segundo a uma baixa afetividade; e o terceiro fator a um estilo de comportamento impulsivo e irresponsável (Cooke & Michie, 2001).

Reagindo a esta proposta, Hare (2003) apresenta um novo modelo de quatro fatores com a mesma finalidade de caracterização da psicopatia, englobando os três fatores desenvolvidos por Cooke e Michie (2001) e um quarto fator que considera o indicador relativo ao comportamento antissocial e desviante. Assim, na sua versão actual, haveria um construto de psicopatia que integrava dois factores que, por sua vez, integrariam duas facetas cada um.

Apesar das diferentes abordagens, perspetivas e modelos que foram aparecendo desde o século XIX até à atualidade, ainda não foi apresentada uma definição universalmente aceite do conceito de psicopatia, nem existe uma classificação oficial dessa condição nos manuais de diagnóstico como a CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde; World Health Organization [WHO], 2004) ou o DSM-5 (Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais; American Psychiatric Association [APA], 2014). A perturbação psiquiátrica mais próxima da definição da psicopatia é a da personalidade antissocial, mas, todavia, não é propriamente um sinónimo.

As pessoas com Perturbação Antissocial da Personalidade possuem “um padrão global de menosprezo e violação dos direitos dos outros (...). Este padrão tem sido também designado como psicopatia, sociopatia ou perturbação dissocial da personalidade” (APA, 2014, p. 788). Os indivíduos com este diagnóstico apresentam incapacidade para se conformarem com as normas sociais, apresentando um elevado grau de falsidade, impulsividade, irritabilidade e agressividade, desrespeito pela sua segurança e pela dos outros, irresponsabilidade, e ausência de remorso e indiferença por maltratar os outros (APA, 2014).

Duas características/aspectos distinguem, todavia, esses dois construtos: primeiro, a psicopatia não é uma doença mental, mas sim um transtorno da personalidade, e há psicopatas bem-sucedidos e socialmente bem integrados; segundo, a insensibilidade e a frieza emocional, fatores distintivos da psicopatia, não são relevantes para o diagnóstico da perturbação da personalidade antissocial. De

resto, o papel dos comportamentos antissociais na operacionalização da psicopatia continua uma questão em aberto, que tem sido alvo de intenso debate.

Ao longo dos anos, muitos autores têm procurado explicar as origens da psicopatia, recorrendo a fatores genéticos e à sua interação com o meio, bem como a fatores neurobiológicos, neuroquímicos, psicofisiológicos, psicológicos, entre outros. Um argumento a favor da explicação genética está no facto de os estudos de gémeos mostrarem que a probabilidade de um irmão apresentar traços psicopáticos quando o outro irmão os tem é maior no caso dos gémeos monozigóticos do que no caso dos irmãos dizigóticos (Viding, Blair, Moffit e Plomin, 2005).

Paralelamente, outros investigadores, particularmente na área da medicina e da psicologia, têm procurado esclarecer o funcionamento das várias estruturas cerebrais que podem influenciar o desempenho normal de um indivíduo e assim detetar as alterações que podem estar na base da personalidade psicopática. São de salientar a esse respeito instrumentos como: a eletroencefalografia (EEG), a ressonância magnética funcional (fMRI), a tomografia axial computadorizada (TAC), a tomografia por emissão de positrões (PET), o fluxo sanguíneo cerebral regional (cCBF), entre outras técnicas (Gonçalves, 1999).

No entanto, estes não são os únicos meios utilizados no estudo empírico da psicopatia nem os mais utilizados, particularmente quando o seu estudo não se limita à população clínica nem à população forense (Hauck-Filho et al., 2009; Ullrich, Farrington, & Coid, 2008). Nos casos em que é preciso utilizar grandes amostras, designadamente nos estudos de inquérito à comunidade, tem-se vindo a recorrer cada vez mais às medidas de autoavaliação, o que, por sua vez, tem permitido chamar a atenção para outros aspetos da psicopatia anteriormente pouco explorados. De facto, nos últimos anos, tem vindo a crescer o interesse na investigação e na identificação dos traços psicopáticos na comunidade – o que por sua vez tem ajudado a definir melhor o que é normal ou desviante na psicopatia.

2. Psicopatas “bem-sucedidos”

Atualmente, a psicopatia não pode ser considerada simplesmente como uma estrutura anómala da personalidade, mas sim como um conjunto de características afetivas e comportamentais que podem estar presentes em diferentes graus em

qualquer indivíduo. Nesse sentido, podemos considerar que a psicopatia é uma variante da estrutura “normal” da personalidade e não como uma doença (Barbosa, 2014).

Por outras palavras, embora habitualmente os termos “psicopatia” ou “psicopata” andem associados a uma forte carga negativa (i.e., expressa na própria definição e operacionalização desse construto), há muitos casos em que essa discriminação parece não corresponder à realidade. Pode mesmo acontecer que, em certas situações, as características *negativas* habitualmente atribuídas aos psicopatas (v.g. destemor, rudeza, falta de empatia, manipulação, entre outros) sejam cruciais para a realização pessoal, profissional, ou social. Fala-se nesses casos de “psicopatas bem-sucedidos”. Aliás, esse tema tem sido abordado em alguns trabalhos recentes que alcançaram considerável popularidade, como aconteceu com o livro de Kevin Dutton – *“The Wisdom of Psychopaths: What Saints, Spies, and Serial Killers Can Teach Us About Success”* (2012), no qual se apresenta uma longa lista de profissões importantes, que parecem atrair indivíduos com traços psicopáticos, ou seja, os “Psicopatas Funcionais”, como, por exemplo, presidentes de conselhos de administração de grandes empresas, advogados, profissionais da rádio e da televisão, jornalistas, vendedores, cirurgiões, membros do clero, chefes de cozinha e funcionários públicos.

Como refere Cleckley (1941), estes psicopatas de “alto funcionamento” conseguem obter elevadas qualificações académicas e ocupar altos cargos a nível profissional, alcançando elevado poder e estatuto social, mostrando-se capazes de evitar o sistema jurídico-penal, apesar de, ao mesmo tempo, poderem manter um comportamento promíscuo, irresponsável, egocêntrico, enganador, impulsivo, por vezes com consumo abusivo de álcool, entre outros atributos comuns da psicopatia.

Adotando uma posição semelhante, Lykken (1995) defende que os indivíduos com traços psicopáticos nascem com um destemor inato e, se forem bem influenciados por fatores sociais e ambientais favoráveis, podem ter comportamentos positivos na idade adulta (i.e., imunidade ao stress, “calma face ao perigo”, coragem, afeto positivo, gosto pelo risco e baixos níveis de ansiedade). No entanto, na ausência de um acompanhamento contínuo por parte de figuras paternas, essas crianças correm o risco de desenvolver comportamentos mal-adaptativos (i.e., ansiedade, impulsividade, afeto negativo, tendência para cometer crimes). Para ilustrar essa situação, Lykken apresenta o exemplo seguinte:

“Duane”, que passou a maior parte da sua juventude no reformatório e na prisão, que tinha uma relação muito distante com os seus pais, e que apresentava características de personalidade antissocial, conseguiu, mesmo assim, ser um homem de negócios bem-sucedido, mas não um ser humano de sucesso. “Duane” era uma pessoa confiante, destemida, cativante, mentirosa e manipuladora, mas com pouca capacidade de amar ou empatia, e com pouco interesse pela verdade. Ao contrário de “Duane”, os seus dois irmãos, que tiveram uma boa relação com os pais e um acompanhamento próximo dos mesmos, não desenvolveram este tipo de personalidade. A explicação para esta diferença estaria nas circunstâncias que influenciaram os traços de personalidade de “Duane”. Em síntese, para Lykken (1995) “o herói e o psicopata poderão ser galhos do mesmo ramo genético” (p. 118), conjecturando este autor que a socialização pode impulsionar os “heróis” a utilizarem os aspetos interpessoais e afetivos da psicopatia de forma a beneficiar a sociedade.

Esta ideia tem sido explorada recentemente por vários outros investigadores que vêem em certos traços psicopáticos uma mais valia para o exercício de algumas profissões em que é necessária uma elevada frieza emocional e agilidade na tomada de decisões, como frequentemente acontece em carreiras de alto risco, designadamente nas forças de segurança (Falkenbach, et al. 2017).

Até que ponto a existência de traços psicopáticos nessas profissões se baseia em dados de estudos empíricos rigorosos ou é um simples reflexo dos estereótipos sociais relativos a cada uma delas e à imagem do psicopata – eis uma questão que não foi ainda devidamente resolvida. De facto, a literatura em que a ideia de psicopatas bem-sucedidos se apoia é, para além de escassa, frequentemente criticada pelas suas limitações metodológicas (Miller, Vize, Crowe, & Lynam, 2019). Alguns desses trabalhos recorrem a pequenas amostras de conveniência e utilizam medidas pouco rigorosas bem como critérios de diagnóstico demasiado inclusivos ou pouco discriminantes. Tais lacunas são particularmente notórias no estudo da relação entre traços psicopáticos e o exercício de funções nas forças de segurança.

3. Traços psicopáticos e as forças de segurança

Apesar de décadas de discussões em resposta à famosa teoria de Lykken sobre o psicopata herói e o psicopata criminoso, a investigação empírica tem permanecido escassa. Mesmo assim, um pequeno número de estudos recentes sugere que os traços

interpessoais e afetivos da psicopatia podem andar ligados ao sucesso e à resiliência contra a doença mental, e revelarem-se úteis em carreiras que envolvem risco, perigo ou dominância social (Liliendfield et al. 2014).

Importa, no entanto, salientar o seguinte: embora alguns traços de personalidade psicopática possam existir nos agentes das forças de segurança, estes não são suscetíveis de preencherem os critérios de diagnóstico para a personalidade psicopática, pois, de acordo com o modelo de Karpman, a maioria dessas pessoas não têm comportamentos antissociais; pelo contrário, elas destacam-se pela sua integridade moral e aproveitam o seu potencial de traços psicopáticos para se manifestarem de forma adaptativa, e assim contribuírem para um melhor desempenho das suas funções (Gomà-i-Freixanet, & Wismeijer, 2002).

Vista sob este ângulo, a ligação entre os traços psicopáticos dos agentes de segurança e o sucesso no desempenho das suas funções poderia influenciar, de forma significativa, a escolha de profissionais, pois indivíduos com estes traços, que não se tornem delinquentes, podem utilizar os seus “talentos” para perseguir criminosos e ajudar na aplicação da lei (Falkenbach, Balash, Tsoukalas, Stern & Lilienfeld, 2018a). De facto, as características adaptativas como o destemor, a coragem, a rapidez e a frieza emocional na tomada de decisões, parecem relevantes na seleção dos candidatos à entrada para as forças de segurança e para as tropas de elite (Gomà-i-Freixanet & Wismeijer, 2002).

Aliás, essa questão tem sido objeto de estudos que identificaram traços psicopáticos em muitos elementos incorporados nas forças de segurança. De acordo com essa literatura, estes indivíduos vêm nestas profissões uma forma de utilizar os seus atributos, designadamente procura de excitação (Gomà-i-Freixanet & Wismeijer, 2002; Próchniak, 2012; Salters-Pedneault, Ruef, & Orr, 2010), ousadia (Bannish & Ruiz, 2003; Harper, Evans, Thornton, Sullenberger, & Kelly, 1999), resiliência emocional (Kop & Euwema, 2001), narcisismo (Falkenbach et al., 2017; Lorinkas & Kulis, 1986), imunidade ao stresse, dominância, extroversão (Lau, Hem, Berg, Ekeberg, & Torgersen, 2006; Newman & Rucker-Reed, 2004), e estabilidade emocional (Eber, 1991; Gomà-i-Freixanet & Wismeijer, 2002; Lorr & Strack, 1994). Tais atributos são considerados como fatores ligados ao sucesso no desempenho de funções nas forças de segurança, onde é exigido um baixo grau de ansiedade e uma boa capacidade de decisão perante situações de elevado stress e grande urgência (Bannish & Ruiz, 2003).

Mas o interesse da investigação dos traços psicopáticos nas forças policiais não está apenas em identificar os traços que contribuem para um melhor desempenho das suas funções. Os mesmos traços poderão ajudar igualmente a compreender porque é que certos agentes se envolvem em situações de violência e no crime. De facto, nos últimos anos, têm sido reportados vários casos de violência extrema por parte das forças de segurança, tanto sobre pessoas desprotegidas, como sobre criminosos (cf. Anexo 1). O mesmo tem acontecido, aliás, em relação ao seu envolvimento em diversos esquemas de corrupção e abuso de poder.

Apesar disso, a ênfase continua a ser colocada na faceta positiva, ou seja, nas situações em que as forças de segurança atuam como verdadeiros heróis, arriscando a própria vida para salvar pessoas de situações perigosas (cf. Anexos 2, 3 e 4).

Curiosamente, um estudo conduzido por Lorr e Strack (1994) refere dois grupos que representavam uma personalidade de "policia bom" e uma personalidade de "policia mau". Embora a psicopatia não tenha sido estudada diretamente nessa investigação, os "polícias bons" possuíam traços semelhantes ao fator 1 da teoria de Karpman (1941), como o destemor e a falta de ansiedade. Em contrapartida, os "polícias maus" possuíam traços tipicamente ligados ao fator 2 na escala PCL-R (*Psychopathy Checklist – Revised*), como ansiedade, fraco controlo dos seus impulsos, falta de capacidade para tolerar frustrações e fortes tendências antissociais.

Esta questão foi igualmente abordada, num estudo recente, por Falkenbach, Glackin e McKinley (2018b) que, ao aplicar o *Psychopathy Personality Inventory – Revised* (PPI-R) a uma amostra de polícias e procedendo a uma análise por *clusters*, identificaram dois grupos distintos: primário (maior destemor ou *Fearless Dominance* (FD)) e secundário (maior impulsividade e egocentrismo, ansiedade e agressão ou *Self-Centered Impulsivity* (SCI)). Mais concretamente, a sua conclusão foi que os recrutas polícias do sexo masculino, quando comparados com um grupo de controlo composto por estudantes universitários, não exibiam a gama completa dos traços psicopáticos mais "mal-adaptados" (v.g. a impulsividade), mas mostravam níveis mais elevados de traços psicopáticos potencialmente benéficos, como o destemor e a frieza emocional.

Num outro estudo, procedeu-se à comparação de forças de segurança e uma amostra da comunidade, verificando-se que não há uma diferença significativa nos resultados apresentados entre estes grupos, devido à existência de uma grande complexidade e diferentes personalidades e comportamentos que os compõem

(Falkenbach, et. al., 2018a). Tais resultados estão em sintonia com as posições assumidas por outros autores segundo as quais os “heróis” partilham traços de personalidade psicopática semelhantes aos seus homólogos criminosos (Cleckley, 1976; Gomà-i-Freixanet, 1995; Lykken, 1995).

Ainda noutro estudo, de natureza mais qualitativa, Falkenbach e colaboradores (2017) procuraram uma análise mais fina da dualidade dos traços psicopáticos nas forças de segurança e da forma como esses traços se podem transformar em comportamentos pró-sociais. A sua análise centrou-se em dois casos de polícias distintos, onde o primeiro (“Sr. Snow”) tinha uma carreira bem-sucedida, tendo sido agraciado com vários prémios pelo seu excelente serviço, enquanto o segundo (“Sr. Sand”) nunca recebeu qualquer louvor pelo seu serviço, tendo sido sujeito a algumas ações disciplinares.

Ambos foram sujeitos a uma entrevista e avaliados com uma bateria de instrumentos de autoavaliação da personalidade (i.e., *Psychopathy Personality Inventory – Revised* (PPI-R), *Positive and Negative Affect Schedule* (PANAS), *Behavioral Inhibition System and Behavioral Activation System Scales* (BIS/BAS), *Narcissistic Personality Inventory* (NPI), *State-Trait Anxiety Inventory* (STAI), *Aggression Questionnaire* (AQ), etc.) onde obtiveram resultados diferentes. Concretamente, o “Sr. Snow” obteve um resultado elevado no factor 1 do PPI-R (dominância; destemor) e na Frieza Emocional, enquanto que no fator 2 (impulsividade-ansiedade) obteve um resultado muito baixo, e no PANAS pontuou acima da média nos afetos positivos e abaixo da média no afeto negativo, o que sugere que ele não se deixa influenciar por emoções negativas, tais como preocupação, raiva, ansiedade ou depressão. Quanto à escala BIS (*Behaviour Inhibition System*) obteve um resultado abaixo da média, indicando baixa sensibilidade do sistema de inibição comportamental, protegendo-o do stress e da ansiedade, sendo também capaz de inibir o seu comportamento antissocial ou mal-adaptativo. Mas quanto à escala BAS (*Behaviour Approach System*) obteve uma pontuação elevada, o que comprova a sua motivação para alcançar os seus objetivos, obtendo assim promoções e recompensas. Na escala NPI (*Narcissistic Personality Inventory*), obteve um resultado elevado no fator “Autoridade”, que é indicativo da sua característica dominante, o que o torna num “líder natural”. Quanto ao questionário de agressão (AQ), os resultados obtidos pelo “Sr. Snow” sugerem sinais de impulsividade ou agressividade, o que demonstra que, no decorrer do seu trabalho

como polícia, ele aprendeu a responder à provocação usando a força física (Falkenbach et al., 2017).

No entanto, no caso de “Sr. Sand” obteve-se um resultado elevado no factor 1, no fator 2 e na Frieza Emocional do PPI-R, demonstrando comportamentos imprudentes e irresponsáveis, tendo um grau elevado de ousadia e maior propensão para correr riscos desnecessários, apresentando um nível baixo de ansiedade, mostrando atitudes egoístas e manipuladoras, não apresentando qualquer interesse em alterar o seu comportamento. No PANAS, os resultados obtidos apresentam um nível médio nas emoções positivas e baixo nas negativas. Quanto ao STAI, “Sr. Sand” apresenta uma falta de ansiedade geral. No BIS/BAS, os resultados sugerem uma falta de inibição e de ansiedade, o que pode justificar os seus comportamentos antissociais. No NPI, os resultados obtidos são sugestivos de um fraco autocontrolo, de sentimentos de superioridade, de narcisismo e de capacidade de manipulação. Por fim, no AQ, o “Sr. Sand” mostra níveis moderados de irritabilidade e de frustração, e não demonstra capacidade de evitar conflitos diretos, aumentando a probabilidade de se envolver em atos de agressão física e verbal.

Em suma, o “Sr. Snow” utiliza os seus traços psicopáticos de forma adaptativa para o seu sucesso profissional, podendo ser considerado como um exemplo de um “psicopata bem-sucedido”, enquanto que o “Sr. Sand” é caracterizado pelos investigadores como exemplo de um indivíduo com traços mal-adaptativos, que prejudicaram o seu desempenho como agente da lei (Falkenbach et al., 2017).

Adotando esta perspetiva, Libretti (2018) avaliou 1459 polícias de diferentes categorias, incluindo recrutas, oficiais, sargentos, tenentes, detetives, e executivos, com o objetivo de obter uma compreensão mais alargada sobre a influência do estatuto hierárquico na personalidade dos agentes da polícia, especialmente nas diferentes características como a agressão, a inibição/desinibição comportamental, a empatia, o narcisismo, o afeto e a ansiedade, e como estes se relacionam com os fatores da psicopatia, utilizando, para o efeito, diversos questionários de autoavaliação da personalidade. Os resultados mostraram que os agentes de segurança possuem alguns traços psicopáticos que são potencialmente adaptáveis ao trabalho no contexto de aplicação da lei, permitindo-lhes assumir o controlo em situações de grande stresse, bem como manter a calma em situações de elevada carga emocional.

Apesar do manifesto interesse, estes dados devem ser encarados com alguma prudência, uma vez que estes estudos apresentam diversas limitações metodológicas. Por exemplo, os instrumentos de autoavaliação estavam construídos de tal maneira que os participantes podiam ser levados a dar uma imagem demasiado positiva deles próprios (desejabilidade social ou mentira) produzindo resultados pouco fidedignos, assim como as suas amostras serem pertencentes apenas a um grupo restrito de polícias que habitualmente trabalham num cenário urbano, o que limita a generalização dos resultados obtidos para outros contextos (Libretti & Falkenbach, 2018).

Num esforço para ultrapassar essas lacunas, estes autores propõem a realização de entrevistas, incluindo informações complementares de colegas e outras fontes, bem como o recurso a uma amostra diversificada com diferentes tipos de áreas (i.e., rural, pequenas jurisdições, etc.). Foi também sugerido o uso de medidas mais específicas de acompanhamento, com vista a uma avaliação mais prolongada, com o intuito de observar a evolução dos agentes de segurança, desde o seu recrutamento até ao exercício da profissão, bem como a realização de um estudo sobre a potencial influência do género neste contexto.

Tais investigações teriam como objetivo estabelecer a ligação entre os traços psicopáticos e a personalidade das forças de segurança e o sucesso no trabalho. Para além do seu interesse teórico, tais estudos poderão ter também implicações práticas na medida em que podem contribuir significativamente para contratação de pessoal para as forças policiais. Neste contexto seria interessante identificar indivíduos com traços psicopáticos adaptativos, utilizando para esse efeito medidas de psicopatologia. Pois como já anteriormente se referiu, os agentes de segurança têm de executar tarefas que, por vezes, são perigosas, ou mesmo dramáticas, que exigem calma, contenção e poder de decisão em situações extremas. Estas são, aliás, algumas das qualidades mais apreciadas em qualquer pessoa confrontada com uma situação de crise.

Uma questão prática que, nesse caso, se colocará aos investigadores é saber qual a medida de psicopatologia mais adequada para esse efeito.

4. Modelos e Instrumentos de Avaliação

Como já acima se referiu, há uma tendência de utilizar nesses estudos escalas de autoavaliação da psicopatia, como, aliás, acontece noutras investigações que envolvem grandes amostras da população geral. Ora, para alguns autores, isso coloca questões quanto à validade das suas respostas, apresentando algum ceticismo em relação à sua aplicação, pois os psicopatas mentem com frequência e a sua desonestidade pode levar a falsear as respostas e os posteriores resultados (Walters, Duncan, & Mitchell-Perez, 2007).

No entanto, estes instrumentos são elementos chave para o estudo e a investigação do comportamento psicopático em amostras mais amplas e diversificadas, devido à sua fácil aplicabilidade e interpretação.

Por isso, foi necessário realizar estudos empíricos para desenvolver instrumentos capazes de fornecerem informação quantitativa acerca desse construto. Graças a tais medidas, a psicopatia deixou de ser analisada apenas em indivíduos com comportamentos antissociais e disruptivos da personalidade e começou a ser estudada também na população em geral, pois todos os indivíduos podem apresentar um maior ou menor grau de traços de personalidade relacionados com a psicopatia. Tais instrumentos tornaram-se, assim, cruciais para o estudo da psicopatia, permitindo estabelecer critérios operacionais, limites de aceitabilidade e de validade, capazes de serem analisados através de técnicas estatísticas. Consequentemente, os dados relativos a este constructo tornam-se mais fáceis de quantificar, de sistematizar e de compreender.

Um dos instrumentos atualmente mais conhecidos e utilizados é a Escala da Psicopatia (*Psychopathy Checklist*; PCL, 1980) de Robert Hare. Este autor, na sequência de várias investigações, e baseando-se no conjunto de características da psicopatia apresentadas por Cleckley, desenvolveu o primeiro instrumento para medir e diagnosticar a psicopatia, que poucos anos depois foi reestruturado, passando a designar-se por PCL-Revised. O seu preenchimento baseia-se em duas fontes de informação. Primeiro, uma entrevista semiestruturada que avalia o comportamento antissocial e a personalidade psicopática através das informações detalhadas das personalidades perturbadas em sujeitos encarcerados. Segundo, uma consulta minuciosa aos processos clínicos ou criminais do indivíduo, sempre que disponíveis.

Na sua versão actual, esta escala consta de 20 itens distribuídos por dois fatores correlacionados, sendo o primeiro fator associado a aspetos clínicos (i.e., superficialidade, propensão para mentir, manipulação, falta de afeto, culpa, remorso e empatia) e o segundo mais ligado aos aspetos comportamentais que definem um estilo de vida inconstante e antissocial. Este instrumento é, desde há várias décadas, considerado como o padrão de referência para o diagnóstico de psicopatia, mas, apesar disso, apresenta algumas limitações e tem suscitado muitas críticas, pois é muito orientado para a população delinvente e requer a recolha de informação de várias fontes, o que origina que a sua aplicação seja um processo demorado e dispendioso (Hare, 1991). Talvez por isso, alguns autores começaram a criar inventários de autoavaliação com a finalidade de captar os traços psicopáticos na população geral, de forma a colmatar as principais limitações do PCL-R. Entre os novos instrumentos, destacam-se: o *Psychopathic Personality Inventory – Revised* (PPI-R; Lilienfeld & Widows, 2005), que é um instrumento constituído por 154 itens, divididos em oito subescalas (i.e., Egocentrismo Maquiavélico, Influência Social, Frieza Emocional, Despreocupação/Falta de Planeamento, Destemor, Externalização da Culpa, Rebeldia e Imunidade ao Stress) e três escalas de validação (i.e., Impulsividade Egocêntrica, Dominância sem Destemor e Frieza Emocional); a *Self-Report Psychopathy Scale-III* (SRP-III; Paulhus, Neumann, & Hare, 2013), que é constituída por 64 itens, divididas em 4 facetas da psicopatia (i.e., Manipulação Interpessoal (MI), Insensibilidade Afetiva (IA), Estilo de Vida Desviante (EVD) e Comportamento Antissocial (CA)) e é utilizada na avaliação de indivíduos adultos; a *Triarchic Psychopathy Measure* (TriPM; Patrick, 2010), que consiste num questionário de 58 itens, estando dividido em 3 subescalas (i.e., Ousadia, Malvadez e Desinibição), com o objetivo de identificar sujeitos segundo o modelo triárquico da psicopatia proposto por Brinkley (Brinkley, Diamond, Magaletta & Heigel, 2008); o *Youth Psychopathic Traits Inventory* (YPI; Andershed, Kerr, Stattin, & Levander, 2002), que é um inventário composto por 50 itens que avaliam 10 dimensões/traços (cinco itens por cada uma), que por sua vez são agrupadas em três fatores de ordem superior (i.e., Grandiosidade-Manipulação (GM), Frieza/Insensibilidade Emocional (FIE) e Impulsividade-Irresponsabilidade (II)), tendo como objetivo avaliar a presença de traços psicopáticos em adolescentes entre os 12 e os 18 anos de idade; ou, ainda, a *Levenson Self-Report Psychopathy Scale* (LSRP; Levenson, Kiehl, &

Fitzpatrick, 1995). Foi, aliás, esta a medida de psicopatia utilizada na presente investigação.

Esta variedade de instrumentos ilustra bem a complexidade do construto da psicopatia e as dificuldades em o avaliar com uma única medida. A maioria destas escalas é de construção bastante recente e procura facilitar a recolha rápida e económica da informação sobre a psicopatia, tanto em contexto clínico, forense, ou na comunidade. No entanto, alguns deles carecem ainda de estudos de adaptação para populações com culturas e línguas diferentes daquelas para as quais foram originalmente construídos.

5. A escala de psicopatia de Levenson (Self-Report Psychopathy Test - LSRP)

A LSRP foi criada em 1995 por Levenson, Kiehl e Fitzpatrick para avaliar os atributos psicopáticos numa população não-institucionalizada. Trata-se de um instrumento de autoavaliação composto por 26 itens, que procura apreender uma “filosofia protopsicopática”, ou seja, avaliar as atitudes, tendências ou crenças dos sujeitos que se crê serem a base do desenvolvimento do psicopata (Levenson et al., 1995). Os itens são pontuados numa escala de Likert de 4 pontos, de 0 a 3, correspondendo a “discordo muito”, “discordo um pouco”, “concordo um pouco” e “concordo muito”, com exceção dos itens 10, 12, 14, 15, 16, 19 e 23, que são de resposta inversa (Coelho, Paixão, & Silva, 2010). Tendo como base a estrutura bifatorial do PCL-R, desenvolvido por Hare (1991), e considerando as facetas de personalidade, este inventário procura avaliar a psicopatia primária e secundária (i.e., Factor 1 e Factor 2, respetivamente). Ou seja, procura revelar estilos interpessoais e filosofias que caracterizam os psicopatas primários e secundários (Levenson et al., 1995). A subescala primária (Factor 1) inclui 16 itens, que dizem respeito a características interpessoais e afetivas (i.e. egoísmo, insensibilidade, falta de empatia ou remorso e propensão para manipular e mentir, enquanto a subescala secundária (Factor 2) consiste em apenas 10 itens, que pretendem medir a impulsividade, a tolerância à frustração e um estilo de vida autodestrutivo (Levenson et al., 1995).

Esta escala tem como quadro de referência a conceção de psicopatia proposta por Cleckley (1941, 1988) de uma forma fidedigna, constituindo-se assim como uma alternativa a outros instrumentos inspirados no modelo de Robert Hare ou de outros autores. Os itens da escala foram construídos com vista a impedir a sua natureza

“indesejável” e a conotação negativa dos comportamentos antissociais, o que permite aos sujeitos, que possam apresentar traços psicopáticos, manterem uma definição positiva de si mesmos (Salekin, Trobst, & Krioukova, 2001; Savard, Lussier, Sabourin, & Brassard, 2005).

Do ponto de vista psicométrico, a LSRP demonstra uma boa confiabilidade/fidelidade teste-reteste e uma validade convergente com outras medidas de autoavaliação de psicopatia (Lynam, Whiteside, & Jones, 1999). Além disso, tem-se revelado muito útil em investigações e na seleção de pessoas, pois é concisa, de fácil aplicabilidade e os dados de validação nos vários estudos realizados são consistentes com o quadro de referência adotado por Levenson, ou seja, a teoria bifatorial de Cleckley (Maheux-Caron, et al., 2018). Talvez, por isso, este instrumento tenha sido utilizado em diferentes países, designadamente Portugal (Coelho, Paixão, & Silva, 2010; Barbosa, Gonçalves, Almeida, Ferreira-Santos, & Marques-Teixeira, 2014), Holanda (Garofalo, Noteborn, Sellbom, & Bogaerts, 2018), Brasil (Hauck-Filho, & Teixeira, 2014), Canadá (Savard, Lussier, & Sabourin, 2014, Savard, Lussier, Sabourin, & Brassard, 2005), entre outros. Dados referentes a estes estudos encontram-se num quadro-síntese no anexo 5.

Um desses estudos foi a versão portuguesa da LSRP (Coelho, Paixão, & Silva, 2010), que foi aplicada a 271 sujeitos, estudantes da Universidade do Coimbra, sendo 106 do sexo masculino e 165 do sexo feminino, com uma idade média de 21,16 anos. Com base nesta amostra foi analisada a consistência e a dimensionalidade da escala nesta versão, tendo obtido resultados que comprovam uma boa consistência interna e que o fator 1 da escala é sensível às diferenças de género. No entanto, apresenta alguma instabilidade do ponto de vista da estrutura fatorial. Na análise confirmatória revelou que a estrutura com dois fatores apresenta um ajustamento razoável das respostas dos sujeitos no instrumento.

Porém, à semelhança do que se tem verificado com outras medidas de psicopatia, as qualidades psicométricas desta escala têm sido objeto de algum debate sobre a sua fiabilidade por parte de investigadores que a têm traduzido e utilizado fora dos Estados Unidos da América. Em particular têm surgido algumas dúvidas, principalmente relativas à fiabilidade da estrutura fatorial deste questionário, devido à ausência de uma base teórica robusta, assim como à sua validade intercultural (Hauck-Filho, & Teixeira, 2014). Muitos desses estudos propõem a substituição do

modelo bifatorial da LSRP por um modelo de três fatores, proposto por Brinkley em 2008 (Brinkley et al., 2008; Patrick, Fowles & Krueger, 2009).

Apesar destas limitações, a LSRP continua a ser uma boa ferramenta para o rastreio de traços psicopáticos na população geral, bem como de problemas com ela habitualmente associados, tais como a delinquência, a criminalidade, a impulsividade e a violência (Savard, Lussier, & Sabourin, 2014).

Além disso, o facto de haver traduções em língua portuguesa, bem como dados psicométricos provisórios para jovens em Portugal (Coelho, Paixão & Silva, 2010) e no Brasil (Hauck-Filho, & Teixeira, 2014), torna a LSRP um valioso instrumento para a investigação da psicopatia no nosso país.

6. O estudo da psicopatia nas forças de segurança portuguesas

Apesar do interesse crescente pelo estudo da psicopatia em Portugal, são muito raros entre nós os trabalhos quer sobre a escala de Levenson quer sobre a psicopatia nas forças de segurança. Na verdade, apenas há notícias de um estudo publicado sobre a escala LSRP numa amostra de jovens adultos (Coelho, Paixão & Silva, 2010) e de outro trabalho – uma dissertação de doutoramento não publicada – que utilizou uma versão abreviada da escala PCL-R na seleção de candidatos à polícia de investigação criminal (Soeiro, 2006). Tanto o primeiro estudo como o segundo visavam testar, de maneira independente, as qualidades psicométricas dessas duas medidas de psicopatia em duas amostras diferentes de jovens e de adultos portugueses. Mais concretamente, o primeiro utilizou sobretudo estudantes universitários, enquanto que o segundo utilizou candidatos à polícia de investigação criminal. Nenhum deles se centrou especificamente sobre a questão dos psicopatas bem-sucedidos e sua diferenciação dos outros psicopatas. No entanto, o estudo desses indivíduos pode contribuir para a identificação de eventuais factores que possam moderar a expressão dos traços psicopáticos ao longo da vida. E, nesse contexto, os instrumentos de autoavaliação são essenciais na medida em que permitem recolher rapidamente um grande número de informações de um grande número de participantes da população geral.

II. Objetivos e hipóteses

O objetivo principal do presente trabalho é analisar eventuais traços psicopáticos nas forças de segurança portuguesas, utilizando para esse efeito a Escala de Psicopatia de Levenson (LSRP). Tendo como base os escassos dados existentes sobre esta questão, foram aqui testadas as seguintes hipóteses:

H1 – Os agentes das forças de segurança, quando comparados com um grupo de controlo de civis, obtêm resultados significativamente superiores nos factores e na soma total da LSRP;

H2 – Não haverá diferenças significativas entre polícias do sexo masculino e polícias do sexo feminino na LSRP;

H3 – Os resultados obtidos na LSRP são influenciados pelas variáveis sociodemográficas do estudo.

Para tal, administrou-se a LSRP a uma amostra de agentes das forças de segurança portuguesas e a um grupo de controlo de civis. Além disso, recolheram-se informações sociodemográficas desses mesmos indivíduos que poderiam interferir com a psicopatia.

III. Metodologia

1. Amostra

A amostra inicial deste estudo era de 203 participantes. Posteriormente, foram excluídos 16 indivíduos que apresentaram valores extremos (muito baixos ou elevados) nos dois fatores da psicopatia e no resultado total da LSRP. Deste modo, a amostra ficou reduzida a 187 sujeitos, 83 homens e 104 mulheres, com idades compreendidas entre os 18 e os 72 anos ($M = 40,33$; $DP = 11,99$), pertencendo 63 ao grupo das forças de segurança e 124 ao grupo de controlo da comunidade. As principais características sociodemográficas desta amostra encontram-se sintetizadas no anexo 6.

Embora se trate de grupos de conveniência, verificou-se que estes participantes são semelhantes em muitas das variáveis sociodemográficas mais relevantes para os objetivos deste estudo. Por exemplo, a idade média dos agentes de segurança da amostra foi de 43,94 anos ($DP = 9,26$), enquanto a dos civis foi de 38,3 anos ($DP = 12,91$). O mesmo se pode dizer, aliás, da composição da fratria, do número de repetências escolares bem como das experiências de vitimação. Em

contrapartida, os dois grupos são bastante diferentes nas variáveis sexo, nível de escolaridade e estado civil. Devem-se a essas discrepâncias à dificuldade em encontrar nos civis, na fase de meia-idade ativa, pessoas disponíveis para colaborar neste estudo. As características sociodemográficas destes dois grupos encontram-se resumidas na tabela 1.

Tabela 1. Caracterização das subamostras dos agentes de segurança e da comunidade

		Agentes de Segurança (N = 63)	Civis (N = 124)
		n(%)	n(%)
Grupo Etário	18-24 anos	0	14(11,3)
	25-34 anos	11(17,5)	48(38,7)
	35-44 anos	20(31,7)	25(20,2)
	45-54 anos	20(31,7)	18(14,5)
	≥55 anos	12(19)	19(15,3)
Sexo	Masculino	45(71,4)	38(30,6)
	Feminino	18(28,6)	86(69,4)
Estado Civil	Viúvo(a)	1(1,6)	1(0,8)
	Solteiro(a)	12(19)	62(50)
	Casado(a)	46(73)	52(41,9)
	Divorciado(a)	4(6,3)	9(7,3)
Nº de Irmãos	Nenhum	9(14,3)	26(21)
	1 irmão(ã)	31(49,2)	52(41,9)
	2 irmãos(ãs)	12(19)	25(20,2)
	≥3 irmãos(ãs)	11(17,5)	21(16,9)
Nº de Filhos	Nenhum	13(20,6)	58(46,8)
	1 filho(a)	22(34,9)	31(25)
	2 filhos(as)	25(39,7)	29(23,4)
	≥3 filhos(as)	3(4,8)	6(4,8)
Nível Escolar	Ensino Básico	9(14,3)	14(11,3)
	Ensino Secundário	41(65,1)	34(27,4)
	Ensino Superior	13(20,6)	76(61,3)
Reprovações	Nunca	32(50,8)	72(58,1)
	1 vez	23(36,5)	47(37,9)
	≥2 vezes	8(12,7)	5(4)
Vítima de Maus-Tratos	Sim	13(20,6)	12(9,7)
	Não	50(79,4)	112(90,3)
Apoio Psicológico	Sim	17(27)	23(18,5)
	Não	46(73)	101(81,5)

Importa a este propósito referir que apenas algumas destas diferenças entre os dois grupos são estatisticamente significativas em algumas variáveis sociodemográficas, tais como o grupo etário, o sexo, o estado civil, o número de filhos, o nível de escolaridade e os maus-tratos (Anexo 7).

2. Instrumentos

2.1. A escala de autoavaliação da psicopatia de Levenson - Levenson's Self-Report Psychopathy Scale - (LSRP)

O instrumento principal desta investigação foi uma versão portuguesa da LSRP (Coelho et al., 2010) (Anexo 8), que é uma escala de autoavaliação composta por 26 itens que avalia as atitudes disposicionais assumidas como sendo a base do desenvolvimento do psicopata na população geral (Levenson et al., 1995). Este inventário permite avaliar a psicopatia primária e secundária, tendo como base a estrutura bifatorial do PCL-R, desenvolvido por Hare (1991). Como já anteriormente se referiu, esta escala, na sua versão original, permite derivar uma pontuação global bem como pontuações específicas para as duas subescalas. Dadas as dificuldades em reproduzir esta estrutura fatorial na língua portuguesa, tanto no Brasil como em Portugal, neste trabalho a primazia será dada ao resultado global. No entanto, a título de ilustração, apresentam-se também as pontuações relativas às suas duas subescalas. Esta estratégia tem a vantagem de permitir mais facilmente confrontar os dados deste estudo com os resultados obtidos em investigações realizadas noutros países. Além disso, importa referir que, embora tenha havido dificuldades em reproduzir na população portuguesa a estrutura factorial deste instrumento, a consistência interna da escala global bem como a sua validade convergente têm-se revelado robustas.

2.2. Questionário Sociodemográfico

O questionário de dados sociodemográficos, que foi apresentado aos participantes numa folha anexa à LSRP, era constituído por questões relativas a dados pessoais, tais como a idade, o sexo, a naturalidade, o estado civil, a escolaridade, a profissão, a estrutura familiar e duas questões de cariz psicológico, mais concretamente “Já alguma vez teve algum tipo de acompanhamento em consultas de psicologia ou de psiquiatria?” e “Já sofreu de algum tipo de maus-tratos?” (Anexo

9). Os resultados obtidos na maioria dessas variáveis já foram reportados na mencionada tabela 1.

A sua inclusão neste estudo deverá contribuir para determinar até que ponto eventuais diferenças entre agentes de segurança e civis na psicopatia serão mais bem explicadas por diferenças nessas variáveis sociodemográficas.

3. Procedimento

As respostas ao inquérito sociodemográfico e à LSRP foram dadas individualmente nos dois grupos que constituem a amostra desta investigação. Em média, o preenchimento da escala demorou cerca de 15-20 minutos, embora houvesse grandes variações de caso para caso.

No início da entrevista, explicou-se a cada participante os objetivos da investigação bem como a confidencialidade e anonimato das suas respostas, obtendo-se sempre o seu consentimento informado por escrito para participarem no estudo.

Foram adotados como critérios de exclusão a idade (inferior a 18 anos), bem como a presença de patologias neurológicas ou psiquiátricas, detetadas durante a entrevista.

A recolha de dados realizou-se ao longo de um ano, dependendo da disponibilidade dos participantes, e foi sempre feita pessoalmente pelo autor da investigação, exceto no caso de alguns elementos do grupo das forças de segurança, em que foi necessário recorrer à colaboração de outros membros das mesmas a fim de se obter uma maior participação deste grupo. Nestes casos, os agentes colaboradores receberam instruções muito específicas sobre a aplicação do protocolo de investigação.

O facto de as entrevistas serem sempre conduzidas em situação individual, permitiu um melhor controlo da qualidade da informação e facilitou a interpretação dos resultados.

As respostas aos questionários foram numeradas, por ordem cronológica, com um número de identificação. Na sua análise estatística, utilizou-se o programa IBM SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 22. Como adiante se verá, as técnicas estatísticas utilizadas foram as seguintes: análises descritivas, testes do qui-quadrado (χ^2), análise da variância (ANOVA), cálculo da medida do efeito (η^2) e testes de comparações múltiplas.

IV. Resultados

O primeiro conjunto de análises destinou-se a testar a hipótese segundo a qual os agentes das forças de segurança obtinham pontuações mais elevadas que os seus pares de um grupo de civis numa escala de psicopatia – a LSRP. Na tabela 2 apresentam-se as médias e os desvios-padrões obtidos pelos dois grupos na escala global e nas suas duas subescalas, bem como o tamanho do efeito (η^2).

Tabela 2. Médias, desvios-padrões e ANOVA dos fatores da LSRP nas subamostras de civis e das forças de segurança.

	Forças de Segurança (n = 63)		Civis (n = 124)		ANOVA (F)
	M	DP	M	DP	
Factor 1	11,63	6,39	10,02	6,59	F = 4,195*; $\eta^2 = 0,022$
Factor 2	8,59	3,50	8,10	3,43	F = 0,844; $\eta^2 = 0,005$
Escala Total	20,22	7,70	17,88	7,48	F = 4,019*; $\eta^2 = 0,021$

* $p < 0,05$

Como se pode observar, os valores obtidos pelos dois grupos são bastante diferentes, aparecendo sempre as médias mais elevadas no grupo dos agentes das forças de segurança. E essas diferenças são estatisticamente significativas para a pontuação global da LSRP bem como para o factor 1 ou psicopatia primária (i.e., egoísmo, insensibilidade, falta de empatia ou remorso e propensão para manipular e mentir), mas não para o factor 2 ou psicopatia secundária (i.e., impulsividade, baixa tolerância à frustração e comportamento autodestrutivo) (F1: $F_{(1,185)} = 4,195$, $p < 0,05$; F2: $F_{(1,185)} = 0,844$, $p = 0,359$; TOTAL: $F_{(1,185)} = 4,019$, $p < 0,05$).

Por sua vez, para estimar o *tamanho do efeito* da variável independente na pontuação global da escala de psicopatia e nos seus dois factores, calculou-se o coeficiente *eta quadrado* (η^2); mas os valores obtidos revelaram-se muito baixos para as três medidas. Isso significa que, apesar de estatisticamente significativas, as diferenças registadas entre os dois grupos são muito ténues (cf. Marôco, 2014).

Pode-se pois dizer que, à primeira vista, estes resultados confirmam conclusões de estudos anteriores: os agentes das forças de segurança apresentam resultados mais elevados de psicopatia e essa diferença diz respeito sobretudo ao factor 1, ou seja, a psicopatia primária (Falkenbach et al., 2017). Mas como se pode ver pelos η^2 , essas diferenças são muito pequenas.

O segundo conjunto de análises destinou-se a testar se essas diferenças entre os dois grupos variavam em função do sexo dos participantes. Para tal, procedeu-se a uma análise de variância 2 (grupo) x 2 (sexo). Os resultados não revelaram qualquer interação significativa, sugerindo assim que as diferenças obtidas entre aqueles dois grupos (agentes e civis) são praticamente idênticos para os dois sexos (Tabela 3).

Tabela 3. Comparação das médias da LSRP entre os grupos definidos pelas variáveis Sexo e Força de Segurança

		F1		F2		TOTAL	
		M	DP	M	DP	M	DP
Força de Segurança	Sim	11,63	6,39	8,59	3,50	20,22	7,70
	Não	9,78	5,55	8,10	3,43	17,88	7,48
ANOVA (F)		F = 1,614; $\eta^2 = 0,009$		F = 0,094; $\eta^2 = 0,001$		F = 1,274; $\eta^2 = 0,007$	
Sexo	Masculino	11,51	5,87	8,82	3,49	20,33	7,54
	Feminino	9,53	5,80	7,82	3,37	17,35	7,45
ANOVA (F)		F = 2,163; $\eta^2 = 0,012$		F = 1,831; $\eta^2 = 0,010$		F = 3,109 ^a ; $\eta^2 = 0,017$	
Força de Segurança * Sexo	Sim * Masculino	12,00	5,99	8,67	3,28	20,67	7,41
	Sim * Feminino	10,72	7,41	8,39	4,09	19,11	8,50
	Não * Masculino	10,92	5,74	9,00	3,75	19,92	7,77
	Não * Feminino	9,28	5,42	7,70	3,21	16,98	7,21
ANOVA (F)		F = 0,034; $\eta^2 = 0,0002$		F = 0,770; $\eta^2 = 0,004$		F = 0,296; $\eta^2 = 0,002$	

^a $p < 0,1$; F1 = Factor 1 da LSRP; F2 = Factor 2 da LSRP;

Uma outra maneira complementar de estimar eventuais diferenças entre os dois grupos foi o recurso a comparações entre homens e mulheres nas medidas de psicopatia, separadamente no grupo dos agentes e no grupo dos civis. Os resultados dessas comparações podem ver-se na tabela 4 e mostram que existem diferenças significativas entre os sexos nos resultados totais e na psicopatia secundária da LSRP no grupo da comunidade, verificando-se que os homens apresentam valores superiores aos das mulheres. Porém, não se verificou o mesmo no grupo das forças de segurança.

Tabela 4. Comparação das médias dos resultados da LSRP entre os grupos definidos pela variável Sexo nas amostras dos agentes das forças de segurança e de controlo

			Sexo		ANOVA (F)	η^2
			Masculino	Feminino		
Agentes de Segurança	F1	M	12,00	10,72	0,509	0,008
		DP	5,99	7,41		
	F2	M	8,67	8,39	0,080	0,001
		DP	3,28	4,09		
	TOTAL	M	20,67	19,11	0,521	0,008
		DP	7,41	8,50		
Civis	F1	M	10,92	9,28	2,332	0,019
		DP	5,74	5,42		
	F2	M	9,00	7,70	3,900*	0,031
		DP	3,75	3,21		
	TOTAL	M	19,92	16,98	4,187*	0,033
		DP	7,77	7,21		

* $p < 0,05$

Saliente-se, no entanto, que estas discrepâncias entre os dois sexos nos valores obtidos na psicopatia, tanto para as forças de segurança, como para o grupo de civis, são difíceis de interpretar. É possível que tais discrepâncias resultem do facto de o número de mulheres na amostra dos agentes ser muito pequeno.

Finalmente, um outro conjunto de análises destinava-se a testar se as diferenças encontradas na primeira análise de variância entre os agentes e civis na LSRP se mantinham estatisticamente significativas, quando se controlava o efeito de outras variáveis concorrentes habitualmente associadas à psicopatia (H3). As variáveis concorrentes disponíveis na nossa investigação foram as seguintes; a idade, o nível de escolaridade, o número de irmãos e o número de filhos.

Os resultados de uma série de análises de covariância revelaram que não havia diferenças significativas entre os dois grupos nos 3 índices de psicopatia quando se controlavam os efeitos das variáveis concorrentes (Tabela 5). No entanto, é de salientar que as diferenças entre os dois grupos seriam significativas na pontuação global e no factor 1 se tivéssemos utilizado o nível de significância de $p < 0,1$.

Tabela 5. Análise Multivariada da Covariância (MANCOVA) entre a variável Forças de Segurança e as variáveis concorrentes

		LSRP	F	<i>p-value</i>	η^2
Variável Independente	Força de Segurança	Fator 1	3,890 ^a	0,050	0,021
		Fator 2	0,312	0,577	0,002
		Total	3,284 ^a	0,072	0,018
Variáveis Concorrentes	Idade	Fator 1	5,910*	0,016	0,032
		Fator 2	0,146	0,702	0,001
		Total	4,369*	0,038	0,024
	Nº de irmãos(ãs)	Fator 1	2,518	0,114	0,014
		Fator 2	1,518	0,219	0,008
		Total	3,331 ^a	0,070	0,018
	Nº de filhos(as)	Fator 1	0,587	0,445	0,003
		Fator 2	3,982*	0,047	0,022
		Total	2,364	0,126	0,013
Nível de Escolaridade	Fator 1	8,036**	0,005	0,043	
	Fator 2	8,137**	0,005	0,043	
	Total	12,714***	0,000	0,066	

^a $p < 0,1$; * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$

V. Discussão e conclusões

Tradicionalmente, a psicopatia tem aparecido associada ao crime e outros comportamentos desviantes, de tal modo que, para alguns autores, o próprio comportamento antissocial seria um dos elementos constitutivos desse constructo.

Contrastando com esta posição, alguns investigadores têm recentemente defendido que certos traços psicopáticos, designadamente os que se prendem com a afetividade e o relacionamento interpessoal, podem contribuir para o bom desempenho de profissões socialmente muito valorizadas, mas que requerem um certo gosto pelo risco e um certo distanciamento afetivo.

Vista sob este ângulo, a psicopatia, ou pelo menos alguns dos seus traços, seria um factor positivo mais do que um obstáculo à realização pessoal e profissional do indivíduo. Fala-se então de *psicopatas bem-sucedidos*. Um tal qualificativo parece particularmente justificado no caso das forças de segurança, uma vez que estes profissionais são frequentemente confrontados com problemas cuja resolução exige níveis elevados de coragem e níveis baixos de ansiedade e de medo.

O objetivo desta dissertação foi precisamente testar essa hipótese numa amostra de agentes das forças de segurança em Portugal. Para tal, administrou-se a escala de psicopatia de Levenson (LSRP) a um grupo de agentes das várias forças da ordem, homens e mulheres de várias idades, comparando-se as suas respostas com as de um grupo de controlo da comunidade. Na análise dos dados teve-se igualmente em conta o efeito de algumas variáveis concorrentes (v.g. sexo, idade e nível de escolaridade) que podem afetar o desenvolvimento e a expressão da psicopatia bem como o desempenho profissional.

Os resultados de um primeiro conjunto de análises desses dados mostraram que, com a exceção do segundo factor daquela escala, as pontuações nos outros dois indicadores de psicopatia (pontuação global e o resultado no primeiro factor) eram estatisticamente diferentes, pertencendo as pontuações mais elevadas aos agentes das forças de segurança.

Aparentemente, estes dados fornecem algum apoio, mas muito modesto, às conclusões de estudos anteriores segundo as quais os traços psicopáticos (sobretudo os traços da psicopatia primária) facilitariam o bom desempenho das forças da ordem, embora nenhum desses estudos tenha utilizado esta medida de psicopatia (LSRP). Porém, os resultados de uma segunda série de análises revelaram que as diferenças

encontradas entre os dois grupos são mínimas e quase desaparecem quando se controla, através de uma análise de covariância, o efeito de outras variáveis concorrentes, tais como a idade e o nível de escolaridade. Até que ponto isso resultará do facto de a amostra das forças de segurança ser relativamente pequena é uma questão que merece ser analisada em futuras investigações.

Do mesmo modo, o facto de não terem sido registadas diferenças significativas entre os dois grupos no factor 2 desta escala de psicopatia (também referido noutros estudos sobre psicopatas bem-sucedidos), carece ainda de uma explicação teórica. Uma hipótese plausível é que esse factor será o menos característico da psicopatia como perturbação da personalidade e os seus conteúdos terem mais a ver com valores adquiridos através de aprendizagem social do que com características da personalidade de raiz biológica. Outra hipótese ainda tem a ver com a validade do factor 2 desta escala, que alguns autores discutem se deve ou não fazer parte de uma medida da psicopatia.

Na mesma ordem de ideias, alguns autores têm sugerido que na versão portuguesa não se justificaria a utilização da estrutura factorial desta escala, mas apenas a utilização da sua pontuação global (Fonseca, 2020).

Por consequência, as conclusões a retirar do presente estudo devem ser acompanhadas de algumas ressalvas, dadas as limitações metodológicas que afetam esta investigação.

Primeiro, a amostra dos agentes de segurança era bastante pequena e quase só constituída por homens. Isso impossibilitou uma análise mais fina dos efeitos da psicopatia por diferentes subgrupos das forças de segurança e não permitiu determinar se os efeitos da psicopatia no desempenho desses profissionais com diferentes tarefas variavam em função do sexo. Acresce, ainda, que os participantes do grupo de controlo constituíam uma amostra de conveniência que, em média, era um pouco mais nova que o grupo dos agentes e incluía mais mulheres do que homens. Até que ponto isso terá afetado os resultados, é uma questão a que, no presente estudo, não nos foi possível responder.

Segundo, a única medida de psicopatia aqui utilizada foi uma escala de autoavaliação. Ora, este tipo de instrumentos, a que muito frequentemente se recorre em trabalhos de investigação de psicologia, corre o risco de enviesamentos das respostas no caso dos psicopatas, os quais tendem, por natureza, a dar uma imagem demasiado favorável ou enganosa de si próprios. Em consequência, tem de se

recorrer a meios externos de validação, que podem reduzir artificialmente diferenças entre psicopatas e não psicopatas e, no nosso estudo, entre agentes das forças da ordem e civis. E, para tornar a situação ainda mais complexa, não foram até agora publicados dados normativos a nível nacional para esse instrumento que nos permitam verificar se os resultados obtidos nos dois grupos se afastam dos valores da população geral. Como já anteriormente se referiu, os dados de dois estudos exploratórios, até agora efetuados no nosso país, sugerem um número de itens e uma estrutura fatorial diferentes daquilo que vem referido no trabalho original de Levenson. Porém, o facto de se utilizar a estrutura factorial original da LSRP tem a vantagem de facilitar a comparação dos resultados deste estudo com os de estudos realizados noutros países.

Terceiro, dadas as características destas duas amostras e o pequeno número de variáveis concorrentes aqui utilizadas, não foi possível realizar análises estatísticas mais complexas que permitissem uma comparação mais exaustiva das semelhanças e diferenças entre os dois grupos. Por exemplo, não foi possível avaliar se eventuais diferenças aparecem apenas em certos subgrupos de elementos das forças de segurança ou apenas quando limitamos a análise aos subgrupos com níveis extremos de psicopatia nas duas amostras. A este propósito, seria interessante prestar mais atenção, em futuras investigações, a variáveis tais como os anos de serviço dos agentes, a sua posição na hierarquia ou as tarefas específicas que habitualmente lhe são confiadas, bem como o seu nível de risco. De facto, a relevância dos traços “positivos” da psicopatia pode não ser a mesma para as tarefas de secretaria ou para as missões de risco das forças especiais.

Quarto, dado o debate atualmente em curso sobre a natureza da psicopatia e a melhor maneira de a operacionalizar (v.g., o número de factores que a compõem) será importante utilizar em futuros estudos mais do que uma medida desse constructo. E, nessa ordem de ideias, a escala de psicopatia de Hare (PCL-R) seria a melhor opção. Porém, dados os constrangimentos a que a nossa recolha de dados esteve sujeita, tornou-se essa solução inviável.

Quinto e último, a resposta definitiva às questões que nesta e noutras investigações anteriores foram colocadas só poderá ser dada através um estudo longitudinal prospetivo em que os participantes sejam repetidamente avaliados na psicopatia e no seu desempenho profissional ou na sua adaptação social ao longo da vida. Isso permitiria, entre outras coisas, contornar uma dificuldade que, de outro

modo, comprometerá sempre a validade dos resultados; ou seja: serão os traços psicopáticos que motivam certos indivíduos a candidatar-se às forças policiais ou serão antes as experiências que eles foram acumulando ao longo dos anos nessa profissão que os levam a desenvolver progressivamente os traços de psicopatas bem (ou mal) sucedidos nalguma fase da sua carreira?

Esta é uma questão central para o estudo da psicopatia nas forças de segurança e, de modo geral, para o estudo dos *psicopatas bem-sucedidos*, mas que nunca poderia ser abordada dentro dos horizontes temporais deste trabalho.

Bibliografia

- American Psychiatric Association (2014). *DSM-5: Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais*. Lisboa: Climepsi Editores
- Andershed, Henrik & Kerr, Margaret & Stattin, Hakan & Levander, Sten. (2012). Psychopathic traits in non-referred youths: A new assessment tool. In E. Blaauw & L. Sheridan (Eds). *Psychopaths: Current international perspectives*. (pp. 131-158) Publisher: Elsevier
- Anestis, J., Green, B., Arnau, R., & Anestis, M. (2017). Psychopathic Personality Traits in the Military: An Examination of the Levenson Self-Report Psychopathy Scales in a Novel Sample. *Assessment*, 26. doi:1073191117719511. 10.1177/1073191117719511.
- Bannish, H., & Ruiz, J. (2003). The antisocial police personality: A view from the inside. *International Journal of Public Administration*, 26, 831–881. <http://dx.doi.org/10.1081/PAD-120019322>
- Barbosa, F. (2014). O “Psicopata Bem-sucedido”. In M. Paulino & F. Almeida (Eds). *Psicologia, Justiça & Ciências Forenses*. (pp. 335-355) Lisboa: Pactor.
- Barbosa, F., Gonçalves, S., Almeida, P. R., Ferreira-Santos, F., & Marques-Teixeira, J. (2014). *The Levenson Self-Report Psychopathy Scale (LSRPS): Translation and adaptation to European Portuguese (LabReport No. 7)*. Porto: Laboratory of Neuropsychophysiology (Universidade do Porto). Disponível em http://www.fpce.up.pt/labpsi/data_files/09labreports/LabReport_7.pdf.
- Ben-Yaacov, T., & Glicksohn, J. (2018). Intelligence and psychopathy: A study on non-incarcerated females from the normal population. *Cogent Psychology*, 5(1), 1429519. <https://doi.org/10.1080/23311908.2018.1429519>.
- Brinkley, C. A., Diamond, P. M., Magaletta, P. R., & Heigel, C. P. (2008). Cross-validation of Levenson’s psychopathy scale in a sample of federal female inmates. *Assessment*, 15, 464–482. doi: 10.1177/1073191108319043.
- Cantero, F. (1993). ¿Quién es el psicópata? In V. Garrido Genovés (Org.), *Psicópata: Perfil psicológico y reeducación del delincuente más peligroso* (pp. 16-46) Valencia: Tirant lo Blanch.
- Cleckley, H. (1988). *The mask of sanity: An attempt to clarify some issues about the so-called psychopathic personality* (5th ed.). St Louis, MO, US: C V Mosby Co.

- Coelho, L., Paixão, R., & Silva, J. T. (2010). O Levenson's Self Report Psychopathy Test (LSRP). *Psychologica*, *53*, 413-421. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Cooke, D., & Michie, C. (2001). Refining the construct of psychopathy: Towards a hierarchical model. *Psychological Assessment*, *13*, 171-188. doi: 10.1037/1040-3590.13.2.171.
- Dutton, K. (2012). *The wisdom of psychopaths: What saints, spies, and serial killers can teach us about success*. New York: Scientific American/Farrar, Straus and Giroux.
- Eber, H. W. (1991). *Good cop includes bad cop: A supplementary concept of police brutality*. Paper presented at the annual meeting of the Society of Multivariate Experimental Psychology, Albuquerque, NM.
- Falkenbach, D. M., McKinley, S. J., & Larson, F. R. R. (2017) Two Sides of the Same Coin: Psychopathy Case Studies From an Urban Police Department. *Journal of Forensic Psychology Research and Practice*, *(17)5*, 338-356, doi: 10.1080/24732850.2017.1378860
- Falkenbach, D. M., Balash, J., Tsoukalas, M., Stern, S., & Lilienfeld, S. (2018a). From Theoretical to Empirical: Considering Reflections of Psychopathy Across the Thin Blue Line. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, *9(5)*, 420-428.10.1037/per0000270.
- Falkenbach, D. M., Glackin, E., McKinley, S. (2018b). Twigs on the same branch? Identifying personality profiles in police officers using psychopathic personality traits. *Journal of Research in Personality*, *76*, 102-112
- Fonseca, A. C. (2020) *Escala de Auto-avaliação da Psicopatia de Levenson (LSRP)* (Estudo não publicado). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Garofalo, C., Noteborn, M. G. C., Sellbom, M., & Bogaerts, S. (2018). Factor Structure and Construct Validity of the Levenson Self-Report Psychopathy Scale (LSRP): A Replication and Extension in Dutch Nonclinical Participants, *Journal of Personality Assessment*, doi: 10.1080/00223891.2018.1519830.
- Gomà-i-Freixanet, Montserrat. (1995). Prosocial and antisocial aspects of personality. *Personality and Individual Differences*, *19*, 125–134. doi: 10.1016/0191-8869(95)00037-7.

- Gomà-i-Freixanet, M., & Wismeijer, A. J. (2002). Applying personality theory to a group of police bodyguards: A physically risky prosocial prototype? *Psicothema*, *14*(2), 387–392. doi: 10.1016/j.jrp.2018.08.002.
- Gonçalves, R. A. (1999). *Psicopatia e processos adaptativos à prisão: da intervenção para a prevenção*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Hall, J.R. & Benning, S.D. (2006). The ‘successful’ psychopath. In C.J. Patrick (Ed.) *Handbook of psychopathy* (pp.459–475). New York: Guilford.
- Hare, R. D. (1991). *The Hare Psychopathy Checklist - Revised*. Toronto, ON: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D. (2003). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised* (2nd ed.). Toronto, ON, Canada: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D., & Neumann, C. S. (2006). The PCL-R assessment of psychopathy: development, structural properties and new directions. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp.58-88). New York: The Guilford Press.
- Harper, H., Evans, R. C., Thornton, M., Sullenberger, T., & Kelly, C. (1999). A cross-cultural comparison of police personality. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, *23*, 1-15. doi:10.1080/01924036.1999.9678629
- Hauck-Filho, N., Teixeira, M. A. P., & Dias, A. C. G. (2009) Psicopatia: o construto e sua avaliação. *Avaliação Psicológica*, *8*(3), 337-346. ISSN 1677-0471.
- Hauck-Filho, N., & Teixeira, M. A. P. (2014) Revisiting the Psychometric Properties of the Levenson Self-Report Psychopathy Scale. *Journal of Personality Assessment*, *96*(4), 459-464, doi: 10.1080/00223891.2013.865196
- Henriques, R. P. (2009). De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, *12*(2), 285-302. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142009000200004>
- Karpman, B. (1941). On the need of separating psychopathy into two distinct clinical types: the symptomatic and the idiopathic. *Journal of Criminal Psychopathology*, *3*, 112-137.
- Kop, N., & Euwema, M. (2001). Occupational stress and the use of force by Dutch police officers. *Criminal Justice and Behavior*, *28*, 631-652. doi: 10.1177/009385480102800505

- Lau, B., Hem, E., Berg, A. M., Ekeberg, Q., & Torgersen, S. (2006). Personality types, coping, and stress in the Norwegian police service. *Personality and Individual Differences, 41*, 971–982. doi: 10.1016/j.paid.2006.04.006
- Levenson, M., Kiehl, K., & Fitzpatrick C. (1995). Assessing Psychopathic Attributes in a Noninstitutionalized Population. *Journal of Personality and Social Psychology, 68(1)*, 151-158. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.68.1.151>.
- Libretti, R. (2018). *Differences in Psychopathy and Associated Traits by Police Officer Rank*. CUNY Academic Works. https://academicworks.cuny.edu/jj_etds/91
- Libretti, R., & Falkenbach, D. (2018). *Psychopathy and Associated Traits in Police Officers*. CUNY Academic Works.
- Lilienfeld, S. O., & Widows, M. R. (2005). *Psychopathy Personality Inventory Revised (PPI-R)*. Professional manual. Lutz, FL: Psychological Assessment Resources
- Lilienfeld, S. O., Latzman, R. D., Watts, A. L., Smith, S. F., & Dutton, K. (2014). Correlates of psychopathic personality traits in everyday life: Results from a large community survey. *Frontiers in Psychology, 5*, Article 740. Retrieved from <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2014.00740/full>.
- Lorinkas, R. A., & Kulis, J. C. (1986). The military model and policing: A misunderstood ideology. *Police Studies: The International Review of Police Development, 9*, 184.
- Lorr, M., & Strack, S. (1994). Personality profiles of police candidates. *Journal of Clinical Psychology, 50(2)*, 200–207. doi: 10.1002/(ISSN)1097-4679
- Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Lynam, D. R., Whiteside, S., & Jones, S. (1999). Self-reported psychopathy: A validation study. *Journal of Personality Assessment, 73*, 110–132.
- Maheux-Caron, V., Gamache, D., Sellbom, M., Christian, E., Lussier, Y., & Savard, C. (2018). French Adaptation and Validation of the Expanded Version of the Three-Factor Levenson Self-Report Psychopathy Scale. *Assessment, 1-15*. <https://doi.org/10.1177/1073191118811607>
- Marion, B. E., & Sellbom, M. (2011). An examination of gender-moderated test bias on the Levenson Self-Report Psychopathy Scale. *Journal of Personality Assessment, 93(3)*, 235–243. <https://doi.org/10.1080/00223891.2011.558873>

- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. (6ª ed.). Pêro Pinheiro: ReportNumber
- Miller, L. (1987). Neuropsychology of the Aggressive Psychopath: An Integrative Review. *Journal of Aggressive Behavior*, *13*(1), 119-140.
- Miller, J., Vize, C., Crowe, M., & Lynam, D. (2019). A Critical Appraisal of the Dark-Triad Literature and Suggestions for Moving Forward. *Association for Psychological Science*, *28*(4), 353-360
- Neumann, C., Malterer, M., & Newman, J. (2008). Factor Structure of the Psychopathic Personality Inventory (PPI): Findings From a Large Incarcerated Sample. *Psychological assessment*, *20*, 169-74. doi: 10.1037/1040-3590.20.2.169.
- Newman, D. W., & Rucker-Reed, M. L. (2004). Police stress, state-trait anxiety, and stressors among U.S. marshals. *Journal of Criminal Justice*, *32*, 631–641. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2004.08.003>
- Patrick, C. J. (2010). Operationalizing the Triarchic Conceptualization of Psychopathy: Preliminary Description of Brief Scales for Assessment of Boldness, Meanness, and Disinhibition. *Unpublished manual*.
- Patrick, C. J., Fowles, D. C., & Krueger, R. F. (2009). Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. *Development and Psychopathology*, *21*, 913-938. doi:10.1017/S0954579409000492
- Paulhus, D. L., Neumann, C. S., & Hare, R. D. (2015). *Manual for the Self-Report Psychopathy scales* (4th ed.). Toronto, Canada: MultiHealth Systems.
- Próchniak, P. (2012). Traits of personality and preferred values among fearless and courageous policemen. *International Journal of Psychological Studies*, *4*, 113-120. <http://dx.doi.org/10.5539/ijps.v4n4p113>
- Salekin, R., Trobst, K. & Krioukova, M. (2001). Construct Validity of Psychopathy in a Community Sample: A Nomological Net Approach. *Journal of personality disorders*, *15*, 425-41. doi:10.1521/pedi.15.5.425.19196.
- Salters-Pedneault, K., Ruef, A. M., & Orr, S. P. (2010). Personality and psychophysiological profiles of police officers and firefighter recruits. *Personality and Individual Differences*, *49*, 210-215. <http://dx.doi.org/10.1016/j.2010.03.037>

- Savard, C., Lussier, Y., & Sabourin, S. (2014). Échelle auto-rapportée de psychopathie de Levenson: adaptation française et validation. *Criminologie*, 47(2), 263-293.
- Savard, C., Lussier, Y., Sabourin, S., & Brassard, A. (2005). French-Canadian validation of the Levenson self-report psychopathy scale. *Canadian Psychological Association*, 10, 1-4.
- Sellbom, M. (2011). Elaborating on the construct validity of the Levenson Self-Report Psychopathy Scale in incarcerated and non-incarcerated samples. *Law and Human Behavior*, 35(6), 440-451. doi:10.1007/s10979-010-9249-x
- Skeem, J. L., Mulvey, E. P., & Grisso, T. (2003). Applicability of traditional and revised models of psychopathy to the Psychopathy Checklist: Screening Version. *Psychological Assessment*, 15, 41-55.
- Soeiro, C. (2006). *Personalidade e psicopatia na seleção de polícias de investigação criminal*. (Tese de doutoramento não publicada em Psicologia da Justiça). Braga: Universidade do Minho.
- Soeiro, C., & Gonçalves, R. A. (2010). O estado de arte do conceito de psicopatia. *Análise Psicológica*, 28(1), 227-240.
- Tsang, S., Salekin, R. T., Coffey, C. A., & Cox, J. (2017). Supplemental Material for A Comparison of Self-Report Measures of Psychopathy Among Nonforensic Samples Using Item Response Theory Analyses. *Psychological Assessment*, 30(3), 311-327. doi: 10.1037/pas0000481.supp.
- Ullrich, S., Farrington, D. P., & Coid, J. W. (2008). Psychopathic personality traits and life-success. *Personality and Individual Differences*, 44(5), 1162–1171. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2007.11.008>
- Viding, E., Blair, R., Moffitt, T., & Plomin, R. (2005) Evidence for substantial genetic risk for psychopathy in 7-year-olds. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(6), 592–597. doi: 10.1111/j.1469-7610.2004.00393.x
- Walters, G., Duncan, S. A., & Mitchell-Perez, K. (2007). The Latent Structure of Psychopathy: A Taxometric Investigation of the Psychopathy Checklist Revised in a Heterogeneous Sample of Male Prison Inmates. *Assessment*, 14, 270-278. doi: 10.1177/1073191107299594.
- World Health Organization. (2004). *International statistical classification of diseases and related health problems, 10th revision* (2nd edition). World Health Organization. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/42980>

Anexos

Anexo 1. Notícia sobre o incidente na Cova da Moura

<https://www.dn.pt/pais/interior/cova-da-moura-quem-sao-os-oito-policias-condenados-10924469.html>

Dos 17 polícias que foram a julgamento, acusados pelos crimes de tortura, agressões, sequestro, injúrias, denúncia caluniosa e falsificação de documentos - com motivação racial - foram absolvidos nove e condenados oito por todos esses crimes, à exceção da tortura e do racismo. O Tribunal fez a sua caracterização pessoal e social, que indicou no acórdão da sentença.

JM, 35 anos, ex-comando

Condenado a 1 ano e seis meses de prisão efetiva, pelo crime de ofensa à integridade física qualificada na pessoa de RM, um jovem com paralisia numa das mãos, como sequela de um AVC na infância. Para o tribunal "não se limitou a agir com grave abuso de autoridade, na medida em que a agressão em análise foi ainda claramente direcionada contra pessoa particularmente indefesa, em razão de deficiência, nos termos a que alude a circunstância em questão".

Foi o único condenado a prisão efetiva porque já tinha tido, em 2013, uma condenação por um crime igual no exercício de funções.

(...)

LA, 44 anos, o chefe da esquadra

Apesar de suspensa por igual período, a pena de cinco anos de prisão a que foi condenado este arguido foi a mais elevada. LA era o chefe da Esquadra e foi condenado por cinco crimes de sequestro agravado (por ter mantido detidos sem razão FA, CL, PV, MR e RM), um crime de denúncia caluniosa (por ter acusado os jovens de terem tentado invadir a esquadra) e um por falsificação de documento (por ter descrito factos falsos no auto de notícia).

(...)

Na sequência dos incidentes na esquadra de Alfragide foi alvo de um processo disciplinar e suspenso de funções durante cinco meses.

Considera que a sua ação naquele dia foi "uma reação adequada e proporcionada, não reconhecendo por isso a noção do dano nem a existência de eventuais vítimas".

AS, 36 anos, PSP

Condenado a três anos e nove meses de prisão, suspensos por igual período, por um crime de denúncia caluniosa, um crime de falsificação de documento agravado e um crime de sequestro agravado.

Fazia parte da Equipa de Intervenção Rápida (EIR) da PSP, cuja atuação no bairro no dia 5 de fevereiro de 2015 veio a desencadear todos os incidentes, a começar pela detenção de BL (o rapper Timor YS), que o tribunal considerou ilegal e por isso a classificou como sequestro. "Dúvidas não subsistem" também para o tribunal que mentiu no relatório oficial, acusando Bruno de ter apedrejado a carrinha da polícia.

(...)

A avaliação psicológica revelou "indicadores de sofrimento emocional, contexto que levou ao seu encaminhamento/adesão a acompanhamento psicológico proporcionado pela Polícia de Segurança Pública, inicialmente na Amadora e após a sua transferência de local de trabalho, em Braga".

Foi-lhe instaurado um processo disciplinar e suspenso por 90 dias. Recorreu da medida para o Tribunal Administrativo e a ação ainda está pendente.

Do seu "cadastro" constam duas condenações por "desobediência", antes de ingressar na PSP.

JN, 32 anos, PSP

Condenado a quatro anos de prisão, suspensos por igual período, por três crimes de ofensa à integridade física qualificada (por ter disparado tiros de caçadeira contra JS, NC e CL) e por um crime de falsificação de documento agravado, por ter descrito factos falsos no relatório sobre a utilização da arma.

(...)

JN reconheceu nesta avaliação do tribunal que "o trabalho neste contexto era muito difícil, atendendo à área de intervenção daquela Esquadra que integra bairros sociais com diversas problemáticas" mas que "estas dificuldades inerentes à sua atividade profissional eram ultrapassadas em virtude do bom ambiente e espírito de equipa existente entre todos os elementos policiais"

Durante o seu trajeto, segundo informação facultada pela Direção Nacional da PSP, teve duas punições em processo disciplinar: a primeira em 2009, com pena de repreensão escrita e a outra em 2015, com pena de 75 dias de suspensão, da qual interpôs providência cautelar e ação administrativa, ainda pendentes.

Foi alvo de um processo disciplinar, na sequência dos incidentes no bairro da Cova da Moura e na Esquadra de Alfragide, e suspenso preventivamente por seis meses.

(...)

JN rejeita a prática dos ilícitos criminais constantes da acusação. Afirma estar de "consciência tranquila" alegando ter agido em concordância com as diretrizes internas da PSP.

FM, 31 anos, operações especiais

Condenado a dois anos e seis meses de prisão, suspensos por igual período, por um crime de sequestro agravado, pela detenção ilegal de BL.

(...)

FM refere exercer uma profissão de risco ficando por vezes "obrigado a utilizar a força estritamente necessária" em algumas das intervenções para que a equipa é chamada.

AQ, 30 anos, PSP

Condenado a dois anos e seis meses de prisão, suspensos por igual período, por um crime de sequestro agravado - pela detenção ilegal de BL.

Admitiu ao tribunal ter "aspirações na sua progressão e promoção profissional, perspetivando a médio prazo apresentar uma candidatura com vista à sua integração no Corpo de Segurança Pessoal da PSP", mantendo-se assim na zona de Lisboa.

Em relação ao processo de que foi alvo, tem "um discurso legitimante da sua atuação".

AS, 49 anos, ex-paraquedista

Condenado a 1 ano e um mês de prisão, suspensos por um ano, por um crime de ofensa à integridade física qualificada e um crime de injúria agravada contra RM.

Este agente protagonizou, segundo o acórdão judicial, um dos episódios mais chocantes deste caso, quando puxou o cabelo a RM, portador de uma deficiência. "No interior da esquadra, por referência à tala que exibia no braço e à situação do AVC por si sofrido, foi-lhe perguntado: 'então não morreste? Agora vai-te dar um que vais morrer', 'ainda por cima és ...guês!', sendo alvo ainda de um puxão de cabelo por parte desse mesmo indivíduo", descreve o coletivo de juízes, imputando os factos a AS.

"Este arguido agiu, enquanto agente da PSP, com grave abuso de autoridade e contra pessoa particularmente indefesa, em razão de deficiência", é assinalado.

(...)

HG, 34 anos, PSP

Condenado a dois meses de prisão, suspensos por um ano, por um crime de injúria agravada contra RM. O tribunal deu como provado que se dirigiu ao jovem nos seguintes termos: "(...), vão para a vossa terra!".

(...)

Depois da acusação, foi transferido, em julho de 2017 para o Comando de Santarém, a desempenhar funções administrativas. Tem ainda pendente um processo disciplinar, no âmbito do processo que foi a julgamento.

Anexo 2. Notícia sobre um Polícia que salva uma grávida

<https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/psp-de-elite-prende-autor-de-agressoes-a-gravida-de-nove-meses>

O homem que foi apanhado a espancar a mulher, de 32 anos, grávida em fim de gestação, fica em liberdade, mas vai-lhe ser aplicada uma pulseira eletrónica para impedir que se aproxime da vítima.

A Procuradoria Geral Distrital de Lisboa explica em comunicado que "submetido a primeiro interrogatório judicial foram aplicadas ao arguido as medidas de coação de proibição de contactar por qualquer meio com a ofendida e a imposição de não permanecer na residência onde a ofendida habita – medidas estas fiscalizadas por meios técnicos de controlo à distância – e ainda de sujeição a tratamento das dependências de álcool e de substâncias estupefacientes de que padece, por ser verificar em concreto perigo de continuação da atividade criminosa".

A PGDL acrescenta ainda que "a fiscalização por meios técnicos de controlo à distância foi determinada com dispensa do consentimento da ofendida e do arguido, por se considerar que a utilização daqueles meios é imprescindível para a proteção dos direitos da ofendida".

PL, um agente do Corpo de Intervenção da PSP, de 34 anos, é o responsável pela detenção do homem de 28 anos, que fica proibido de voltar a casa e de contactar a vítima.

De folga, PL ia a passar por uma rua de Alverca, Vila Franca de Xira, quando assistiu ao brutal espancamento.

O agressor reagiu, causando danos ao pontapé no carro de PL, e ainda lhe rasgou a roupa.

Foi imobilizado com um golpe ‘mata leão’ e acabou detido.

Anexo 3. Notícia sobre agentes da PSP que salvam uma família de um incêndio

<https://tvi24.iol.pt/sociedade/bebe/policias-herois-louvados-pela-direcao-nacional-da-ppsp>

Os agentes da PSP de Cascais BM e TA foram louvados pelo diretor nacional da PSP pelo ato heroico que salvou a vida a uma família num incendio em São Domingos de Rana, em dezembro do ano passado.

A mais alta patente da PSP atribuiu-lhes, agora, um louvor pelos últimos anos de serviço, nomeadamente pelo empenho, dedicação e competência demonstrados.

TVI falou com a dupla de agentes da PSP que salvou bebé de um mês de um incêndio

Além de protagonizarem o salvamento do bebé Miguel de apenas um mês, BM e TA têm sido determinantes em várias ocorrências, uma delas um assalto a uma farmácia, também em São Domingos de Rana, a 3 de dezembro de 2018.

Os dois agentes foram alertados para a presença de dois assaltantes no interior do estabelecimento, que ameaçavam com armas brancas os funcionários da farmácia. BM e TA conseguiram encurralar os suspeitos e detê-los no local, sem comprometer a segurança dos demais presentes no local.

Os assaltantes pertenciam a um grupo que, nos últimos meses, assaltava farmácias e papelarias nas zonas de Oeiras, Cascais, Sintra e Lisboa.

Duas semanas depois, a mesma dupla de agentes patrulhava a zona de São Domingos de Rana quando se deslocaram a uma ocorrência de incêndio. Chegados ao local, antes ainda dos bombeiros, aperceberam-se que num dos andares do prédio estava uma mãe, com uma criança de 4 anos e um bebé de um mês, desorientada e sem conseguir fugir das chamas e do fumo. Foi nessa altura que os dois arriscaram a vida e salvaram a família.

Anexo 4. Notícia sobre agentes da Polícia Marítima que salvam migrantes

<https://www.jn.pt/mundo/interior/policia-maritima-portuguesa-em-missao-na-grecia-resgata-115-migrantes-11231471.html>

A Polícia Marítima portuguesa em missão na ilha grega de Lesbos resgatou esta quinta-feira 115 migrantes que viajavam em vários botes, em operações que decorreram ao longo da madrugada.

A viatura de vigilância costeira da Polícia Marítima detetou um bote, pelas 1.05 horas, tendo passado as coordenadas à equipa na embarcação "Tejo", que o interceitou e acompanhou com 47 migrantes a bordo, dos quais 26 crianças, 11 mulheres e 10 homens.

Os migrantes foram recebidos pela equipa da Polícia Marítima em terra e entregues às autoridades gregas em segurança.

Mais tarde, às 2,47 horas, a viatura costeira detetou um outro bote com 40 migrantes, nove crianças, quatro mulheres e 27 homens, tendo a equipa na Polícia Marítima efetuado a sua interceção.

"Os migrantes foram transferidos para a embarcação "Tejo" e desembarcaram no porto de Skala Skamineas em segurança, tendo sido entregues às autoridades gregas", refere a Autoridade Marítima Nacional em comunicado.

Pelas 04:50, foi pedido o apoio da Polícia Marítima portuguesa para recolher um grupo de 28 migrantes que se encontravam numa zona de rochas e de penhascos sem saída por terra, numa operação que contou com a colaboração de uma organização não-governamental.

Já na tarde de quarta-feira, a Polícia Marítima em missão na Grécia também prestou auxílio às operações de chegada a terra de um bote com 47 migrantes, 26 crianças, 10 mulheres e 11 homens.

"Desde 2014, quando iniciou a sua participação na missão Poseidon, a Polícia Marítima totaliza 5765 vidas salvas", conclui o documento.

A Polícia Marítima encontra-se integrada na operação Poseidon, sob égide da agência europeia Frontex e em apoio à Guarda Costeira grega, com o objetivo de controlar e vigiar as fronteiras marítimas gregas e externas da União Europeia, no combate ao crime transfronteiriço, no âmbito das funções de guarda costeira europeia.

Anexo 5. Síntese de artigos com a Levenson Self-Report Psychopathy Scale (LSRP)

Autor(es)	Objetivos	Resultados	Limitações da Escala
Coelho, Paixão, & Silva (2010)	Analisa-se a versão portuguesa do Levenson's Self Report Psychopathy Scale (LSRP-VP)	Os resultados são compatíveis com uma estrutura bifatorial: com um fator 1 (F1) de psicopatia primária, e um fator 2 (F2) de psicopatia secundária, que explicam 36,19% da variância total (21.56% relativos à explicação obtida por F1 e 14.63% à obtida por F2). Apresenta uma boa consistência interna com alfas de Cronbach de .81 para o total da escala, .82 para F1 e .73 para F2.	<ul style="list-style-type: none"> • Esta versão apresenta alguma instabilidade do ponto de vista da estrutura fatorial, com vários itens a saturarem em fatores diferentes do observado originalmente por Levenson et al. (1995) - Foi obtido um 3º fator com 6 itens (itens 5, 11, 14, 21, 22, 25) com saturações fatoriais inferiores a 0,45 e/ou comunalidade inferior a 0,20, o que levou à sua exclusão. • Estrutura de 2 fatores foi alcançada no decurso de uma reanálise do modelo original.
Levenson, Kiehl, & Fitzpatrick (1995)	O presente estudo examinou disposições anti-sociais em 487 estudantes universitários. Escalas de psicopatia primária e secundária foram desenvolvidas para avaliar uma filosofia interpessoal protopsicopática. Também foi desenvolvida uma escala de ação antissocial para fins de validação	As escalas de ação primária, secundária e antissocial foram correlacionadas entre si e com a suscetibilidade e desinibição do tédio, mas não com a busca por experiência, a emoção e a aventura. Psicopatia secundária foi associada à ansiedade. Os preditores mais fortes de ação antissocial foram desinibição, psicopatia primária, psicopatia secundária e sexo, enquanto a busca por estimulação e aventura foi um preditor negativo. Os resultados foram também consistentes com a visão de que a psicopatia é uma dimensão contínua.	<ul style="list-style-type: none"> • A natureza comum da maioria dos atributos psicopáticos, especialmente aqueles que caracterizam a psicopatia primária, entre membros de grupos de elite, pode ser facilmente ignorada. • A maior associação de crimes e monstrosidades à psicopatia secundária, pode deixar as características psicopáticas de uma pessoa comum ou de um líder respeitado, passarem despercebidas.
Maheux-Caron, Gamache, Sellbom, Christian, Lussier, & Savard (2018).	Relatar as propriedades psicométricas de uma adaptação francesa da Versão Expandida da Escala de Psicopatia de Three-Factor Levenson Self-Report Psychopathy Scale (E-LSRP)	Foi obtido um modelo com três fatores correlacionados com os melhores ajustes e índices satisfatórios. Verificaram-se associações significativas entre medidas de traços da "Dark Triad", narcisismo patológico, empatia, impulsividade, uso indevido de substâncias e conveniência social. A E-LSRP francesa possui boas propriedades psicométricas, comparáveis com o instrumento original, e deve ser visto como uma medida útil dos traços psicopáticos numa amostra de pessoas comuns.	<ul style="list-style-type: none"> • Houve algumas discrepâncias, p.e., a estabilidade do instrumento ao longo do tempo não pode ser testada. • Os questionários não incluíram itens de verificação de validade para descartar respostas aleatórias ou não-cooperativas. • Não foi controlada a possibilidade de os respondentes terem traços de personalidade (p.e. altruísmo, abertura à experiência) que influenciaram sua decisão de participar deste estudo on-line. • As versões em francês de outros instrumentos de psicopatia não puderam ser usadas para fins de validade simultânea, pois essas medidas não estão disponíveis no idioma francês ou estão disponíveis, mas com dados de validação muito limitados.

<p>Savard, Lussier, & Sabourin (2014)</p>	<p>Avaliar a estrutura fatorial e a validade convergente da versão francesa criada pela população de jovens adultos</p>	<p>A adaptação francesa da escala LSRP respeita a estrutura dos 2 fatores, com coeficientes de saturação e consistência interna, comparáveis com os da versão original em inglês. Os homens apresentaram resultados superiores de psicopatia primária e total, em relação às mulheres. A LSRP apresenta bons índices de validade convergente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Para apoiar os dados sobre o poder preditivo do instrumento é essencial replicar as análises discutidas neste artigo com amostras mais diversas e durante um período maior de tempo. • O estudo identificou os mesmos itens problemáticos (4, 10, 23 e 26) da versão original em inglês, ou seja, aqueles que não discriminam bem entre indivíduos e não se correlacionam de maneira aceitável com o seu fator. Assim, sugere-se que estes itens sejam retirados, passando a ser uma escala de 22 itens.
<p>Lynam, Whiteside, & Jones (1999)</p>	<p>São relatados dois estudos e avaliou-se a confiabilidade e a validade da Escala Levenson Self-Report Psychopathy Scale (E-LSRP) (Levenson, Kiehl & Fitzpatrick, 1995) numa população não institucionalizada.</p>	<p>Os resultados dos estudos suportam a confiabilidade e validade do LSRP. A estrutura bifatorial foi fortemente replicada numa série de análises fatoriais confirmatórias. Observaram-se relações entre a LSRP e outros instrumentos de autoavaliação de delinquência. Os fatores do LSRP demonstraram as relações divergentes previstas com os traços de personalidade tradicionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O item “o amor está superestimado” apresenta pouco peso nos dois fatores do LSRP. Futuras investigações teriam melhor resultado com a retirada deste item. • A Escala 1ª da LSRP falhou em se correlacionar negativamente com o Neuroticismo, como seria esperado com base em várias concepções de psicopatia • Os resultados não apoiam a interpretação na qual o primeiro fator se refere a um conjunto de traços de personalidade que lidam com o uso egoísta, insensível e sem remorso de outros, enquanto o segundo fator se refere a um estilo de vida anti-social e socialmente desviante (como a PCL-R). Em vez disso, os resultados atuais são concordantes com a reinterpretação de Widiger e Lynam (1998) de dois fatores, como representam características distintas de traços de personalidade, em vez de uma componente de personalidade e uma componente comportamental.
<p>Marion, & Sellbom (2011)</p>	<p>Foi examinada a validade da Escala de Autoavaliação da Psicopatia de Levenson numa amostra de estudantes universitários. Através das pontuações do LSRP, pretendeu-se prever os traços de personalidade psicopática para determinar a presença de enviesamento do teste, controlado pelo gênero.</p>	<p>Os resultados indicam magnitudes correlacionais semelhantes para homens e mulheres. No entanto, foi detetada uma super-predição e sub-predição sistemática de scores para critérios externos que medem os principais componentes afetivos e comportamentais da personalidade psicopática, embora esses efeitos tenham sido geralmente pequenos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A validade de construto do LSRP parece diferir para homens e mulheres, o que deve ser levado em consideração para interpretação e futuras pesquisas que o utilizem. • A variação observada na extremidade superior do construto pode ser atenuada em amostras de estudantes universitários, por isso, os resultados relatados só podem ser generalizados para uma população jovem e homogênea.

<p>Sellbom (2011)</p>	<p>Avaliar qual o modelo (de dois e três fatores) que melhor se adapta à escala LSRP aplicada a três grupos diferentes: reclusos, estudantes universitários e da comunidade.</p>	<p>A análise fatorial confirmatória revelou que o modelo de melhor ajuste entre os três grupos foi o modelo de três fatores proposto por Brinkley et al (2008). A escala total e os fatores da LSRP evidenciaram boa validade convergente e discriminante, com algumas exceções notáveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uma dessas limitações é a dependência dos questionários de autoavaliação para as análises de validade externa. Essa metodologia introduz uma variação do método, que pode aumentar a magnitude das correlações observadas. • Outra limitação diz respeito às amostras seletivas; futuras pesquisas devem replicar a estrutura da escala em amostras comunitárias mais amplas, que vão além de jovens estudantes universitários, bem como em qualquer outro cenário em que avaliações rotineiras e pesquisas em psicopatia possam ser realizadas.
<p>Tsang, Salekin, Coffey, & Cox (2018)</p>	<p>Investigar a eficácia dos instrumentos de avaliação dos traços da psicopatia em estudantes universitários, utilizando a Escala de Autoavaliação de Psicopatia de Levenson (LSRP), o Inventário de Características Antissociais de Avaliação de Personalidade (PAI ANT), o Formulário Curto de Inventário de Personalidade Psicopática (PPI-SF) e a Escala de Autoavaliação da Psicopatia-II (SRP-II).</p>	<p>As subescalas variam na sua capacidade de medir as características latentes correspondentes. Os resultados sugerem que várias medidas de autoavaliação devem ser usadas para explorar o construto de psicopatia multidimensional. No entanto, existem preocupações com o uso de itens com palavras negativas para avaliar certos aspetos da psicopatia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A amostra atual foi composta por estudantes universitários, nos quais os níveis médios de psicopatia provavelmente são relativamente baixos. Não está claro se algumas das características avaliadas com mais frequência (por exemplo, impulsividade, comportamento antissocial) são indicativas de certos componentes psicopáticos ou refletem o comportamento normativo de jovens adultos. • Alguns dos itens podem ter significados diferentes para estudantes universitários, adultos da comunidade e/ou indivíduos envolvidos com a justiça criminal.
<p>Garofalo, Noteborn, Sellbom, & Bogaerts (2018)</p>	<p>Avaliar a estrutura fatorial e a validade de construto de uma versão holandesa do LSRP numa amostra da comunidade.</p>	<p>Foram encontradas evidências da validade do construto das subescalas da LSRP. Os resultados da análise fatorial confirmatória corroboraram a superioridade do modelo de três fatores do LSRP, usando 19 dos 26 itens da LSRP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A utilização, apenas, de medidas de autoavaliação pode ter influenciado os resultados da correlação. • As amostras incluíram apenas participantes da comunidade, na sua maior parte altamente instruídos. A generalização dos resultados para outras populações deve ser feita com cautela. • O tamanho da amostra de duas das três amostras recrutadas era relativamente pequeno. • Algumas das medidas utilizadas continham uma quantidade relativamente pequena de itens que podem originar baixa consistência interna de algumas escalas.

<p>Anestis, Green, Arnau, & Anestis (2017)</p>	<p>Explorar a estrutura fatorial e a validade convergente e discriminante da Escala LSRP numa grande amostra militar dos EUA.</p>	<p>Dados da análise fatorial, de regressão e de análises correlacionais apontam para a superioridade do modelo de três fatores de Brinkley et al. (2008).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns resultados obtidos parecem ser exclusivos de uma amostra militar ou podem apontar para problemas com a abrangência da LSRP, principalmente no que diz respeito ao fator “Insensibilidade” • A subescala da LSRP relativa à Insensibilidade contém apenas quatro itens, o que pode justificar o valor alfa baixo (0,56) • Escala não funciona psicometricamente bem. A expansão para 36 itens da LSRP pode resultar numa maior confiabilidade e validade convergente/discriminante, mantendo o modelo de três fatores.
<p>Ben-Yaacov, & Glicksohn (2018).</p>	<p>Efetuar a análise correlacional e comparações de grupo numa amostra de mulheres não criminosas (estudantes universitárias), utilizando o Inventário de Personalidade Psicopática (PPI) e as suas duas subescalas; a LPSP e as suas duas subescalas; e o Psicoticismo (P) e inteligência medidos pelas Matrizes Progressivas Padrão de Raven (SPM).</p>	<p>Obteve-se uma correlação positiva entre P e SPM, e uma correlação positiva entre a faceta interpessoal, definida pelo primeiro fator (LPSP-I) do LPSP e SPM. Esses resultados indicam que as mulheres com os resultados maiores de P e tendências psicopáticas interpessoais apresentaram maiores resultados de inteligência. O presente estudo mostra que os traços psicopáticos podem existir sem défice intelectual ou cognição superior.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É possível que os resultados sobre a relação entre os traços psicopáticos e a inteligência sejam limitados à amostra de estudantes universitárias • Uma amostra composta exclusivamente por mulheres limita a generalização dos resultados. Portanto, o estudo deveria ser efetuado também numa amostra adequada de participantes do sexo masculino.
<p>Hauck-Filho, & Teixeira (2014).</p>	<p>Investigar a dimensionalidade e o funcionamento diferencial dos itens relativamente ao género, na escala LSRP de 26 itens, numa amostra da comunidade no Brasil.</p>	<p>Os resultados revelaram fortes evidências de um modelo de dois fatores, semelhante à estrutura fatorial original do instrumento. Apenas três itens apresentaram funcionamento diferencial não muito significativo para o género. Necessidade de expandir a investigação sobre a medição e a invariância estrutural da escala LSRP através de investigações transculturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi utilizada uma amostra de conveniência. Não se pode concluir se os resultados refletem verdadeiramente as propriedades psicométricas do instrumento quando se considera toda a população brasileira. • Não se pode considerar que o modelo de dois fatores da escala LSRP possa ser generalizado para outros países da América Latina.

Anexo 6. Caracterização da amostra global

Variáveis Sociodemográficas	n	%	
Grupo Etário	18-24 anos	14	7,5%
	25-34 anos	59	31,6%
	35-44 anos	45	24,1%
	45-54 anos	38	20,3%
	≥55 anos	31	16,6%
Sexo	Masculino	83	44,4%
	Feminino	104	55,6%
Estado Civil	Viúvo(a)	2	1,1%
	Solteiro(a)	74	39,6%
	Casado(a)	98	52,4%
	Divorciado(a)	13	7,0%
Nº de Irmãos	Nenhum	35	18,7%
	Um irmão(ã)	83	44,4%
	Dois irmãos(ãs)	37	19,8%
	≥3 irmãos(ãs)	32	17,1%
Nº de Filhos	Nenhum	71	38,0%
	Um filho(a)	53	28,3%
	Dois filhos(as)	54	28,9%
	≥3 filhos(as)	9	4,8%
Nível Escolar	Ensino Básico	23	12,3%
	Ensino Secundário	75	40,1%
	Ensino Superior	89	47,6%
Reprovações	Nunca	104	55,6%
	Uma vez	70	37,4%
	≥2 vezes	13	7,0%
Forças de Segurança	Sim	63	33,7%
	Não	124	66,3%
Vítima de Maus-Tratos	Sim	25	13,4%
	Não	162	86,6%
Apoio Psicológico	Sim	40	21,4%
	Não	147	78,6%

Anexo 7. Caracterização das subamostras dos agentes de segurança e da comunidade e os qui-quadrados (χ^2) de cada variável sociodemográfica

		Forças de Segurança (N = 63)	Civis (N = 124)	χ^2	p-value
		n(%)	n(%)		
Grupo Etário	18-24	0	14(11,3)	21,874***	,000
	25-34	11(17,5)	48(38,7)		
	35-44	20(31,7)	25(20,2)		
	45-54	20(31,7)	18(14,5)		
	≥55	12(19)	19(15,3)		
Sexo	Masculino	45(71,4)	38(30,6)	28,149***	,000
	Feminino	18(28,6)	86(69,4)		
Estado Civil	Viúvo(a)	1(1,6)	1(0,8)	18,102***	,000
	Solteiro(a)	12(19)	62(50)		
	Casado(a)	46(73)	52(41,9)		
	Divorciado(a)	4(6,3)	9(7,3)		
Nº de Irmãos	Nenhum	9(14,3)	26(21)	1,527	,676
	1 irmão(ã)	31(49,2)	52(41,9)		
	2 irmãos(ãs)	12(19)	25(20,2)		
	≥3 irmãos(ãs)	11(17,5)	21(16,9)		
Nº de Filhos	Nenhum	13(20,6)	58(46,8)	12,810**	,005
	1 filho(a)	22(34,9)	31(25)		
	2 filhos(as)	25(39,7)	29(23,4)		
	≥3 filhos(as)	3(4,8)	6(4,8)		
Nível Escolar	Ensino Básico	9(14,3)	14(11,3)	29,586***	,000
	Ensino Secundário	41(65,1)	34(27,4)		
	Ensino Superior	13(20,6)	76(61,3)		
Vezes que Reprovou	Nunca	32(50,8)	72(58,1)	4,932	,085
	1 vez	23(36,5)	47(37,9)		
	≥2 vezes	8(12,7)	5(4)		
Maus-Tratos	Sim	13(20,6)	12(9,7)	4,331*	,037
	Não	50(79,4)	112(90,3)		
Apoio Psicológico	Sim	17(27)	23(18,5)	1,768	,184
	Não	46(73)	101(81,5)		

* p < 0.05; ** p < 0.01; *** p < 0.01

Anexo 8. Escala De Auto-avaliação da Psicopatia de Levenson (LSRP; Levenson, Kiehl, & Fitzpatrick, 1995)

(Alguns itens)

	Discordo muito	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo muito
1. O sucesso consiste na sobrevivência do mais apto; eu não preocupado com os perdedores.				
2. Para mim, tudo o que fizer está certo desde que eu não seja apanhado(a).				
3. Acho que, nos dias de hoje, tudo o que me permitir ter sucesso é justificado.				
(...)				
5. Ganhar muito dinheiro é o meu objetivo mais importante.				
(...)				
7. As pessoas que são tão estupidas que se deixam enganar geralmente têm a sorte que merecem.				
8. Cuidar de mim próprio(a) é a minha grande prioridade.				
(...)				
11. Costumo admirar uma vigarice engenhosa ou bem feita.				
12. Faço questão de tentar não magoar os outros quando procuro atingir os meus objetivos.				
(...)				
14. Sinto-me mal se as minhas palavras ou ações provocam algum tipo de sofrimento emocional nos outros.				
15. Não mentiria, mesmo se estivesse muito empenhado(a) em vender alguma coisa.				
16. A desonestidade não se justifica porque é injusta para com os outros.				
(...)				
19. Considero-me capaz de lutar por um objetivo durante muito tempo.				
20. Não planeio nada com muita antecedência.				
21. Perco rapidamente o interesse nas tarefas que começo.				
22. A maior parte dos meus problemas devem-se simplesmente ao facto de as outras pessoas não me compreenderem.				
(...)				
26. O amor é algo de sobrevalorizado.				

Anexo 9. Questionário sociodemográfico

DADOS PESSOAIS

Data da Entrevista: ___/___/_____

Nome (só iniciais):

Sexo: () Masculino () Feminino

Data de Nascimento: ___/___/_____ **Idade:** _____

Naturalidade:

Estado Civil:

Escolaridade:

Alguma vez reprovou? Sim () Não ()

Se “Sim”, especifique quando:

Profissão:

Irmãos(ãs)?: Sim () Não ()

Se “Sim”, quantos:

Tem filhos(as)?: Sim () Não ()

Se “Sim”, quantos:

Já sofreu de algum tipo de maus-tratos?: Sim () Não ()

Se sim, especifique:

Alguma vez teve algum tipo de acompanhamento em consultas de psicologia ou de psiquiatria?: Sim () Não ()

Se sim, especifique o motivo:
